

3

Contribuições de Medellín, Puebla e Santo Domingo para uma Igreja solidária hoje

Introdução

De Medellín até hoje muitas coisas aconteceram tanto na AL como no mundo. Houve mudanças no modo de ser Igreja. Os tempos de hoje não são os mesmos de Medellín e Puebla. De Santo Domingo para cá muitas coisas mudaram. Mas será que estas Conferências tão relevantes para sua época perderam sua importância hoje? Atualmente nos encontramos diante de uma situação muito diferente e de novos desafios. Espera-se da Igreja respostas novas e adequadas à realidade presente. Com isso não se quer dizer que Medellín, Puebla ou Santo Domingo perderam sua relevância. Ao contrário, elas, que acolheram o Concílio Vaticano II num momento de transformação da AL, são marcos referenciais para toda a Igreja deste continente comprometida com a causa dos empobrecidos.

Os desafios de nosso tempo e do futuro terão que ser enfrentados a partir das linhas evangelizadoras do Vaticano II. O Evangelho terá que ser anunciado levando-se em consideração o contexto histórico imediato e a revelação bíblica do mistério do amor de Deus como se fez em Medellín, Puebla e Santo Domingo.

João XXIII ao convocar o Concílio foi sensível às questões do momento histórico e à revelação de Deus na Bíblia. Em outras palavras, foi capaz de interpretar os sinais dos tempos. As interpelações históricas levam a Igreja a penetrar nas exigências da fé, situando-a no contexto atual em que vive.

Portanto, a atualidade do Vaticano II tem repercussão sobre Medellín que abriu caminho para as assembleias de Puebla e Santo Domingo. Assim, o Concílio e as grandes Conferências latino-americanas não têm data de validade vencida. Continuam sempre atuais em seu conteúdo evangélico-doutrinal essencial que é a revelação de Deus como resposta às interpelações do momento histórico.

Desde Medellín até nossos dias, a Igreja da AL tem se empenhado no sentido de lograr a superação da pobreza. Apesar dos esforços, a situação dos pobres tende a ser cada vez mais grave. O abismo entre ricos e pobres só vem aumentando. Hoje o que se vê é uma situação de exclusão. Os desafios da pobreza e marginalização, a complexidade da situação com suas vertentes econômicas, culturais, raciais e de gênero, assumidos por Medellín, Puebla e Santo Domingo,

são referenciais que contribuem para a opção preferencial e solidária da Igreja pelos excluídos hoje. É evidente que certos aspectos abordados nestas Conferências são respostas válidas somente para seus momentos históricos, mas a substância de sua mensagem permanece, isto é, sua pertinência em razão do impulso do Vaticano II, sua flexibilidade e fidelidade aos novos desafios, a leitura dos sinais dos tempos e a interpelação provocada pela atual situação de exclusão. Tudo isso são indícios de sua relevância em nossos dias. A dimensão solidária da Igreja terá que ser alimentada em todos os setores onde a Igreja exerce seu múnus pastoral.

Medellín, Puebla e Santo Domingo são resposta, acolhimento e atualização das metas do concílio Vaticano II na realidade da AL. Nestas grandes Conferências foram delineados os “novos rumos” que a Igreja latino-americana devia tomar a partir de sua realidade. O testemunho e o martírio de muitos cristãos nestes últimos 30 anos alimentam a fé e a esperança dos cristãos hoje, ajudando-os a compreender e enfrentar os novos desafios que encontram pela frente. Assim, a Igreja vai redefinindo seu papel a partir dos novos desafios e reconfigurando-se diante das novas interpelações.

3.1

A redescoberta da Bíblia como fonte de amor e solidariedade

A Igreja latino-americana reunida em Medellín procurou compreender o momento histórico deste Continente, marcado por rápidas transformações e desenvolvimento, centrando sua atenção no povo à luz da palavra de Deus e da humanidade de Jesus Cristo³⁰⁹. Foi uma época em que havia muita esperança em vista da libertação integral do ser humano em todas as suas dimensões³¹⁰.

Assim como o povo de Israel experimentou a ação salvífica de Deus quando o libertou da opressão do Egito, a Igreja latino-americana sonhava com a “passagem de condições de vida menos humanas para condições mais humanas”³¹¹, realizando assim um novo êxodo. A reflexão da Conferência de Medellín foi orientada na busca de uma presença mais intensa da Igreja na atual transformação da AL, à luz do Concílio Vaticano II³¹².

³⁰⁹ Cf. Medellín, *Introdução*, n. 1 e 2.

³¹⁰ Cf. *Ibidem*, n. 4, 5.

³¹¹ *Ibidem*, n. 6.

³¹² Cf. *Ibidem*, n. 8.

Porém, nem todos os cristãos católicos latino-americanos têm caminhado na mesma direção. Nem todos assumiram uma atitude evangélica e nem todos seguiram as orientações do Concílio Vaticano II. Por isso, ainda coexistem dois tipos de Igreja: de um lado, aquela que, à luz da Palavra e das orientações do Concílio, se compromete com a libertação do ser humano em todas as dimensões, de outro, a que, incapaz de se desfazer de seus privilégios, submete-se às classes dominantes, pregando um evangelho alienante e fora do contexto social.

A espiritualidade cristã implica serviço em favor da vida em todas as suas dimensões. O sentido eclesial mais profundo é marcado pelo amor e pelo compromisso de uma Igreja que, percorrendo muitas vezes caminhos diferentes, consegue encarar o desafio de inserir esta caminhada na história do povo sofrido, empobrecido e marginalizado da AL, alimentando sua esperança. Este sentido eclesial profundo é um convite às comunidades cristãs latino-americanas ao seguimento de Jesus Cristo, deixando-se guiar pelo Espírito Santo. Em um continente onde a maioria do povo vive angustiado e inseguro em relação ao seu presente e futuro, é de suma importância que a Igreja se empenhe na formação de seus membros como agentes de solidariedade.

Em Puebla, a Igreja reconheceu a grande importância da palavra de Deus para fortalecer e animar seu testemunho de comunhão e serviço evangelizador. Percebeu um grande anseio de justiça e um forte sentimento de solidariedade no meio do secularismo de uma sociedade em transformação. De Medellín a Puebla, muitos setores da Igreja latino-americana foram progressivamente se libertando das classes dominantes, se desfazendo de certos privilégios e colocando-se solidariamente do lado dos pobres³¹³.

Nas comunidades eclesiais de base (CEBs), crescia a experiência de novas relações interpessoais a partir da fé, do aprofundamento da Palavra e da participação da Eucaristia, da comunhão com os pastores da Igreja particular e de um compromisso mais efetivo na construção da justiça social³¹⁴.

A dimensão solidária da fé estava sendo vivenciada sobretudo nessas comunidades que fortaleciam o compromisso com o outro, especialmente o mais necessitado, refletindo sobre a realidade à luz da palavra de Deus. Seu testemunho de fé, esperança e caridade no meio do povo fez dessas comunidades eclesiais um

³¹³ Cf. Puebla, n. 618, 619, 622-624.

³¹⁴ Cf. *Ibidem*, n. 640.

novo fermento que possibilitou o crescimento do Reino de Deus, mediante a denúncia profética do egoísmo e consumismo da sociedade moderna e o esforço em vista da construção de uma nova sociedade, sonhada como “a civilização do amor”. Elas foram e ainda são a “expressão do amor preferencial da Igreja pelo povo simples” chamados ao compromisso de transformar o mundo a partir de seu contexto vital³¹⁵.

Para continuar a fomentar a solidariedade, é importante que a palavra de Deus alimente a vida das comunidades, no sentido de fortalecer entre o povo o espírito solidário, especialmente para com os empobrecidos.

3.1.1

A experiência de um Deus solidário na Bíblia

O que significa solidariedade sob o ponto de vista bíblico-teológico? As palavras *koinonia* e *ágape* que ocorrem na Bíblia correspondem ao termo “solidariedade” em nossos dias? Vejamos como este tema aparece no Antigo e no Novo Testamento.

No AT, solidariedade tinha muito a ver com a aliança entre Deus e os israelitas, fundamentada no amor oferecido por Deus e no compromisso assumido por este povo como resposta. O Deus da Bíblia é alguém conhecido, próximo e solidário. A concretização do amor de Deus se dá na promessa da terra, da descendência e da bênção, fundamentos desta solidariedade de Deus (cf. Gn 12,1-3). A correspondência a essa solidariedade se manifesta no compromisso do povo com o projeto histórico da libertação (cf. Ex 5; 6; 10; 15,13-14).

Os dez mandamentos são normas necessárias para o povo não esquecer a solidariedade divina e a liberdade conquistada. Balizas que orientam o povo no caminho que leva à plena libertação na Terra Prometida (cf. Ex 20,1-17). São mandamentos de proteção ao fraco e necessitado, não simplesmente prescrições ou proibições legalistas dadas por um Deus autoritário. Deus quer uma relação gratuita no cumprimento de sua aliança de amor.

O profeta Jeremias enfatiza a solidariedade divina diante de um povo rebelde que deveria buscar o caminho do bem e realizar a nova aliança para que Deus cumprisse sua promessa num gesto de solidariedade e de esperança. Jeremias se alegra frente à retidão e fidelidade deste Deus que ama e perdoa gratuitamente seu povo (cf. Jr 31,31-34; 32; 32,16-23).

³¹⁵ Cf. *Ibidem*, n. 629, 640-643.

Penso que nenhum profeta melhor do que Oséias conseguiu expressar a grande solidariedade de Deus. Ele se apresenta a seu povo como esposo fiel e eternamente enamorado de uma esposa infiel, ou como um pai cheio de bondade e carinho diante de um filho rebelde. Este profeta expressa toda a solidariedade de um Deus que oferece seu amor e perdão gratuitamente ao povo, pois corre atrás da mulher perdida no deserto e toma o filho pela mão para reconduzi-lo à sua casa (cf. Os 2,16-3,5; 11,1-11).

A aliança é um dom de Deus que se origina num ato de liberdade realizado no amor. Vida plena e abundante é o que Deus quer oferecer a seu povo (cf. Ex 33,19; Sl 24 e Dt 7,7). Não se trata de uma aliança entre iguais, mas dada na promessa como graça, que exige do povo uma resposta de fidelidade. “A verdade fundamental que define a idéia da aliança é a verdade de que a salvação não vem por nenhum direito natural senão por livre dom da graça divina”³¹⁶. O Deus da aliança é o Deus da vida e faz questão que o povo escolha a vida como caminho (cf. Dt 30,19). A relação fundamental deste compromisso envolve a totalidade da vida. O Deus revelado na Bíblia se solidariza com os pobres e oprimidos para fazer-lhes justiça (cf. Sl 146). Entender este Deus que liberta é conhecer seu projeto na história, é agir para que sejam restauradas as relações e se mantenha o sentido original da aliança: a graça.

Os Salmos apresentam experiências que sublinham o sentido da vida comunitária (cf. Sl 22; 30; 35; 40 e 52). O indivíduo se sente sempre em relação com sua família, seu clã, sua tribo, seu povo, nunca ilhado, sozinho. Toda a vida cúltica está relacionada intimamente com a vida comunitária³¹⁷.

Encontrar a Deus e entender sua presença nos Salmos é compreender o Deus da aliança, fiel e perseverante, apesar dos sofrimentos, das crises e do abandono dos amigos (cf. Sl 31,11-12). Separado de Deus e da comunidade, a pessoa se sente angustiada e deprimida (cf. Sl 55,12-14). Na comunidade que vivencia a fraternidade, a pessoa experimenta a comunhão com Deus. A paz é fruto desta comunhão entre Deus, a pessoa e a comunidade. Portanto, é na vivência comunitária que o povo faz a experiência de um Deus solidário nas alegrias e nos sofrimentos.

³¹⁶ G. E. WRIGHT, *El desafío de la fe de Israel*, Buenos Aires, Methopress, 1963, p. 98.

³¹⁷ Cf. H. RINGREN, *La fe de los salmistas*, Buenos Aires, La Aurora, 1963, p.47-54.

O NT retoma toda esta experiência de um Deus solidário quando fala da nova aliança e do novo povo. Pela encarnação e pela cruz, Jesus Cristo realiza a nova aliança, onde a antiga ganha seu sentido pleno³¹⁸. Os gestos e palavras de Jesus são expressões de solidariedade que se encontram nos evangelhos. Sobre a questão da solidariedade, destaco, entre muitos outros, o episódio do Bom Samaritano. Ele está muito próximo da realidade do povo latino-americano, que pode ser comparado à situação daquele homem caído à beira do caminho, esperando por socorro. O samaritano, estrangeiro, fez o que o mestre da lei, o sacerdote e o levita teriam que fazer, com todo seu conhecimento e aparato institucional: socorrer os necessitados (cf. Lc 10,25-37).

O amor não consiste somente em comover-se ante a miséria do outro. O samaritano, diante daquele homem caído à beira do caminho, se deteve num lugar muito perigoso e, arriscando a própria vida, se comprometeu a custear tudo o que fosse necessário para restaurar a vida daquele desconhecido.

Certa vez, Martin Luther King disse que o verdadeiro amor não se conformava em simplesmente aliviar a dor daquele que sofre. “Para começar, importa ser bom samaritano àqueles que estão caídos à beira do caminho. Isto, sem dúvida, não é nada mais que um começo. Chegará, pois, o dia em que teremos que reconhecer que o caminho para Jericó deve ser feito de outra maneira afim de que homens e mulheres já não sejam golpeados e despojados continuamente enquanto avançam pelos caminhos da vida”³¹⁹.

Com o exemplo do samaritano, Jesus mostra que muitas vezes os responsáveis pela religião ou os que se crêem ser cumpridores da Lei não sabem amar de verdade. O verdadeiro amor, a verdadeira solidariedade estava, pois, escondida na vida de um samaritano, um estrangeiro visto pelos judeus como herege.

As comunidades de fé, animadas pela ressurreição, vivem sob a força e ação do Espírito e pela presença do Ressuscitado. É esta nova aliança que sustenta a vida comunitária, a fraternidade, a solidariedade entre as pessoas. Se esta aliança tem como ponto de partida a iniciativa de Deus que manifesta sua graça amorosa

³¹⁸ Cf. C. ALVAREZ. *Una Iglesia en Diaspora: apuntes para una eclesiología solidaria*, DEI, San José, Costa Rica, 1991, p. 15-20.

³¹⁹ Cf. Nota de Lucas 10,25-37, In: *La Nueva Biblia Latinoamericana*, XLIII ed., Madrid, Ediciones Paulinas e Estella, Navarra, Verbo Divino, 1982.

em Jesus Cristo, deve ser cultivada pela comunidade no seu dia a dia. Esta aliança exige uma resposta positiva concretizada num modo de agir responsável.

A nova aliança nos chama à solidariedade no Filho. A partir da encarnação entramos em comunhão com Deus. Deus participa de nossa humanidade e nós participamos da divindade de Deus. Na eucaristia celebramos a nova aliança como graça e dom. Em Cristo a comunidade tem seu centro vital e nele vive a experiência renovada da vida até chegar à plenitude do Reino no grande banquete messiânico.

3.1.2

Solidariedade, koinonia e diakonia

Para situar a comunhão como solidariedade nada melhor do que entender o sentido da palavra *koinonia*. No NT esta palavra, como conceito cristão, ocorre 19 vezes como substantivo, 10 vezes como adjetivo e 8 vezes como verbo. Alguns autores concluem que, apesar das diferentes concepções que esta palavra possa ter, *koinonia* pode ser traduzida por solidariedade³²⁰.

Num contexto de divisão das comunidades, a primeira carta de João faz um convite à *koinonia*. A comunhão e a solidariedade na comunidade são a expressão da *koinonia* com o Pai e com o Filho (cf. 1Jo 1,3). Na primeira Carta aos Coríntios, Paulo diz que a *koinonia* é um chamado de Deus à *koinonia* com o Filho (cf. 1Cor 1,9). Em muitos textos esta *koinonia* aparece como “comunhão no Espírito” (cf. 2Cor 13; 14; Fl 2,1). O Espírito é *koinonia* (cf. 2Cor 13,13). A comunidade primitiva compartilhava neste Espírito uma comunhão solidária, *koinonia* (cf. Atos 2 e 4). Trata-se também de uma comunhão de fé compartilhada na comunidade de fé (cf. Ef 3,9; Fl 1,15). A visibilidade desta comunhão com Cristo se dá na Ceia (cf. 1Cor 10,16-34). Para compreender o sentido da *koinonia*, Paulo insiste em sua manifestação concreta, isto é, na *koinonia* material (cf. 2Cor 8 e 9). Compartilhar com Cristo exige compartilhar com os sofrimentos e aflições dos irmãos na fé (cf. 2Cor 1,1-6). Paulo sabe que a comunhão necessita do amor para sustentar-se (cf. Rm 12,10) e de uma base sólida que é o amor de Deus que se manifesta na vida fraterna da comunidade (cf. 1Cor 13). Na carta aos Hebreus a solidariedade se manifesta na compaixão do sumo sacerdote que compartilha sua

³²⁰ Cf. C. BRAVO, *Apuntes para una eclesiología desde América Latina*, México, CRT, 1982, p. 183-185.

vida (cf. Hb 2,14-18). Em Cristo e a partir de Cristo somos co-participantes nos sofrimentos numa verdadeira comunhão solidária (cf. Ap 1,9)³²¹.

A *koinonia* se baseia em partilhar o dom de Deus. A comunhão cristã significa estar unidos a alguém que está numa relação de intimidade com Deus que se comunica por meio deste alguém que é Jesus Cristo.

A *koinonia* pode ser estimulada pela amizade, expressão solidária que traduz o amor de Deus e de seu Filho pelo povo (cf. At 2,42; 1Jo 1,3; Jo 15,14). Trata-se de uma solidariedade que tem uma conseqüência imediata: somos consolados para consolar.

O elemento mais importante da vida das primeiras comunidades, segundo o livro dos Atos dos Apóstolos, é a solidariedade: não havia indigentes ou pobres entre eles. Este era o objetivo e o espírito de toda a prática da *koinonia*. Compartilhava-se tudo para que ninguém passasse necessidades. “Embora não sabendo os detalhes concretos desta organização e mesmo não conhecendo os elementos de sua forma econômica e administrativa, uma coisa é certa: este espírito das primeiras comunidades é normativo para todos os tempos”³²².

Deus é fonte de consolação e solidariedade (cf. 2Cor 1,3-4). Em Jesus Cristo somos consolados para que possamos consolar a outros mediante nossa solidariedade. A Igreja, comunidade de fé, deve ser o espaço onde se cultiva o amor fraterno entre seus membros e deve estar aberta e disponível para promover este amor de Deus na sociedade. Ao chamar as pessoas para a vida comunitária dá a elas um sentido de pertença, forjando assim a fraternidade. Essa dinâmica comunitária provoca uma atividade solidária, pois compartilha as dificuldades inerentes a uma vida comunitária. A comunidade supera os obstáculos e enfrenta os desafios, garantindo assim sua própria sobrevivência. A comunhão solidária anima a esperança ao manter o espírito fraterno nos momentos de dificuldades. É desta maneira que Deus se apresenta como fonte de solidariedade.

O NT assinala três princípios centrais na comunidade cristã: o *kerigma*, a *koinonia* e a *diakonia*. A comunidade anuncia o Ressuscitado, presente entre nós pela ação do Espírito; vive esta experiência na comunhão e projeta ao mundo a sua luz mediante o serviço aos demais seres humanos. Aqui se cumpre o papel

³²¹ Cf. C. ALVAREZ, op.cit., p. 20-24.

³²² P. RICHARD, *O movimento de Jesus depois da ressurreição: uma interpretação libertadora dos Atos dos Apóstolos*. São Paulo, Paulinas, 1999, p. 48.

solidário de toda a comunidade cristã, porque não vive para si mesma, mas a serviço dos outros.

Com muita razão escreve C. Floristán: “A Igreja é uma solidariedade de pessoas e participação no Espírito do Ressuscitado mediante a Eucaristia pela vida do mundo”³²³. A comunhão vai além do compartilhar. Tem uma dimensão de fé (cf. At 2,42-47). A partilha dos bens materiais na ajuda aos necessitados é uma “ajuda exemplar”³²⁴.

A palavra solidariedade tem sido um princípio essencial nas ações políticas, sociais e econômicas. Tem-se usado esta palavra para caracterizar a “solidariedade entre os povos” e a “ajuda solidária”. Muitas organizações internacionais falam em “campanha solidária” e de “sentido de solidariedade”. Uma solidariedade eficaz tem tudo a ver com reconhecimento, respeito, ajuda, colaboração, aliança, amizade, amor fraterno.

Chamada por Deus à comunhão (*koinonia*, solidariedade) com seu Filho Jesus Cristo, toda comunidade cristã deverá testemunhar o imenso amor solidário do Pai na prática cotidiana. Paulo, na primeira carta aos Coríntios, confirma este chamado à solidariedade. A coleta da comunidade dos Coríntios à comunidade de Jerusalém é um ato de fraternidade e de solidariedade (cf. 2Cor 8,1-15). Paulo fala aqui de uma exigência como fruto da *koinonia*: trata-se da responsabilidade para atender as necessidades de outras comunidades cristãs que estão passando por dificuldades. Em Mateus 12,41-44, a viúva, numa atitude de desprendimento total, dá tudo do pouco que tem, causando grande admiração em Jesus.

Este convite à solidariedade que o apóstolo Paulo fez aos Coríntios tem, no contexto latino-americano, implicações significativas. Em primeiro lugar, porque as Igrejas em nosso continente terão que assumir uma tarefa de solidariedade frente aos necessitados e excluídos. Não se trata de “fazer caridade” no modo assistencialista, mas sim de oferecer vida e esperança aos marginalizados. A solidariedade cristã se resume no serviço amoroso aos necessitados, isto é, *diakonia* e *ágape*. Em segundo lugar, porque nossas Igrejas devem romper o muro da apatia e da incompreensão buscando o caminho da reconciliação. Vivemos num continente de Igrejas pobres. A solidariedade é uma força espiritual que

³²³ Cf. C. FLORISTÁN, “Comunión”, In: *Conceptos fundamentales de la pastoral*. Madrid, Ed. Cristiandad, 1983, p. 161-171.

³²⁴ Cf. L. DUFOUR, *La fracción del pan*. Madrid, Ed. Cristiandad, 1983, p. 45-49.

anima o serviço, o apoio mútuo e a entrega concreta da vida para que outros tenham mais vida. Em terceiro lugar, porque a solidariedade é comunhão, *koinonia*, em meio aos conflitos e sofrimentos, mantendo um laço indissolúvel de fé e de testemunho.

Para Diaz Mateos, “a solidariedade de Jesus com os homens exige a solidariedade dos homens entre si. Ser cristão e viver em Igreja é ser chamado a criar comunhão solidária, comunhão e participação entre os homens, porque Deus nos chamou à solidariedade do seu Filho”³²⁵.

Agir solidariamente consiste em sair do plano individual com atos de solidariedade para promover a igualdade e a justiça na sociedade. É necessário sair ao encontro das outras pessoas transformando esta relação num bem social e criando assim condições para o estabelecimento da justiça.

A situação dos oprimidos e excluídos exige uma práxis responsável para assumir seus problemas e os desafios que deles decorrem numa autêntica solidariedade que, por sua vez, exige envolvimento em vista de mudanças políticas concretas para transformar a realidade marginalizadora e opressora. Esta solidariedade pode ser vista a partir de três dimensões: *koinonia*, *diakonia*, e *eucaristia*.

A comunhão (*koinonia*) com Cristo significa nossa relação com ele e nosso propósito de cultivar o espírito de solidariedade que alimenta a esperança do Reino de Deus. O alimento básico da vida comunitária é a *eucaristia* que é celebrada na memória coletiva do corpo e sangue de Cristo. Entendendo a centralidade da *eucaristia* como comunhão com Deus e com os irmãos, os cristãos poderão discernir o sentido pleno da solidariedade humana.

A *diakonia* nos leva a cultivar a amizade entre nós e Deus, e entre nós mesmos, colocando-nos a serviço uns dos outros. Compartilhar solidariamente os bens e os serviços é contribuir ativamente para o estabelecimento do Reino de Deus.

Em nosso continente latino-americano, é necessário que os cristãos tomem consciência e reconheçam as desigualdades sociais e, no mundo, o abismo entre países ricos e países pobres, levando-se em conta as desigualdades estruturais e a necessidade de avançar numa solidariedade comprometida com a erradicação da

³²⁵ M. D. MATEOS, *El Dios que liberta*. Lima, CEP, 1985, p. 139.

injustiça. Lutar pela justiça é um jeito de estar a serviço uns dos outros solidariamente, em meio aos conflitos e às contradições.

3.2

Jesus Cristo, caminho para a solidariedade

O princípio de uma eclesiologia coerente com o Evangelho e com a prática das primeiras comunidades cristãs é a experiência de Jesus de Nazaré, o Cristo ressuscitado, e do Espírito Santo feita na comunidade dos seus seguidores e seguidoras.

3.2.1

Solidariedade e comunhão

Tudo o que Jesus fez e ensinou nos mostra o caminho da solidariedade. Este se inicia no encontro pessoal com o Messias impelindo-nos à conversão e à comunhão com ele e com os irmãos e irmãs na fé. Em sua existência terrena, Jesus chamou aos discípulos para viver em sua companhia, convidando-os ao seguimento, à comunhão e a perseverarem na oração, na missão e no sacrifício da cruz. Esta comunhão com Jesus é comunhão com o Pai e com a comunidade dos discípulos e discipulas (cf. Jo 14,20) que oferece aos cristãos a possibilidade de uma relação íntima com as pessoas da Trindade e ao mesmo tempo estabelece uma nova relação com as pessoas³²⁶. Inseridos na comunhão de vida trinitária, os cristãos vivem unidos como co-herdeiros do Reino que o Pai preparou para todos, independentemente de nação, raça, condição social ou de sexo. A solidariedade que percebemos e experimentamos na vida trinitária impele-nos à vivência da fraternidade universal. Uma atitude solidária é capaz de descobrir na pluralidade de culturas, povos, religiões ou confissões cristãs uma unidade fundamentada no amor.

Se Jesus Cristo é caminho para a solidariedade, será que podemos estar em comunhão com ele e ao mesmo tempo não nos preocuparmos com a sorte dos irmãos? Claro que não, pois para Jesus, quem está com Deus não pode esquivar-se dos irmãos, mas sim estar com eles na mesma bondade, misericórdia e solidariedade do Pai. Jesus mostrou que a intimidade com o Pai é ao mesmo tempo proximidade salvífica e misericordiosa com o próximo até o sacrifício

³²⁶ Cf. G. R. CHÁVEZ, Jesus Cristo, camino para la solidaridad en América Latina, in: *Medellín* (Revista de teología y pastoral para América Latina), vol. XXIII, n. 90, junho de 1997, p. 334-335.

supremo. Esta é a forma mais sublime de solidariedade: doar-se, dar a vida pelo resgate de muitos.

3.2.2

Solidariedade e “inculturação cristológica”

A “inculturação cristológica” tem duas expressões que traduzem o que se pode chamar de “cultura da solidariedade”: a “cultura da esperança” e a “cultura da vida”. A crise da esperança tem como causas imediatas o descaso das autoridades públicas e religiosas bem como a falta de solidariedade para com os necessitados e oprimidos e, como consequência mais nociva, a pobreza de continentes inteiros.

A resposta da Igreja frente a esta situação deverá ser o anúncio de Jesus Cristo e de sua mensagem como princípios de esperança. João Paulo II, como grande profeta da esperança no mundo de hoje, convida aos cristãos a valorizar os sinais de esperança presentes hoje na humanidade, entre os quais a solidariedade entre os mais diversos povos.

A “cultura da esperança” está intimamente ligada à “cultura da vida”, pois viver a esperança é acolher, defender, proteger e doar a vida. Acolher a vida é uma atitude corajosa de compaixão aos mais necessitados, oposta à cultura da indiferença, do ódio, da violência e da morte.

O Evangelho do Reino anunciado por Jesus significa para todos os cristãos a vitória sobre todos os males. Por isso, diz aos discípulos de João: “Ide contar a João o que estais ouvindo e vendo: os cegos recuperam a vista, os coxos andam, os leprosos são purificados e os surdos ouvem, os mortos ressuscitam e os pobres são evangelizados” (Mt 11,4-5).

Para Jesus, a proximidade do Reino é o sinal salvífico de Deus atuando na história dos marginalizados de seu tempo, vítimas do desprezo, da discriminação, da injustiça e de todo tipo de maldade que recaía sobre eles. A cultura da esperança e da vida possibilita o surgimento de uma nova sociedade que Paulo VI chamava de “civilização do amor”.

A Igreja da AL, no seguimento de Jesus Cristo e de seu Evangelho, poderá ser um sinal do Reino de Deus no mundo, assim como foi a Igreja dos primeiros cristãos que, conforme o testemunho da “Carta a Diogneto”, os seguidores de Cristo são qualificados de “Alma do mundo”. “Vivem na carne, mas não segundo a carne. Passam a vida na terra, mas são cidadãos do céu. Obedecem as leis

estabelecidas, mas com seu teor de vida superam as leis. Amam a todos e de todos são perseguidos (...). Numa palavra, os cristãos estão no mundo como a alma no corpo”³²⁷. A solidariedade se constrói, portanto, a partir do seguimento de Jesus Cristo, caminho para a solidariedade.

3.3

A dimensão fraterna da solidariedade nas primeiras comunidades

No programa de Jesus de Nazaré, que andou pela Palestina e arredores, estava presente a proposta de uma nova família para seus seguidores de todos os tempos. Todos os que aceitarem a mensagem do Reino e cumprirem a vontade de Deus se integrarão na nova família. “Quem fizer a vontade de Deus, esse é meu irmão, irmã, e mãe” (Mc 3,35).

Do meio da antiga família, surge uma nova família, o Israel escatológico, representada pelos missionários itinerantes e pelas comunidades domésticas do cristianismo primitivo, onde a fraternidade cristã se realizava concretamente. Em cada cidade onde viviam cristãos, existiam famílias que ofereciam suas casas para as reuniões da comunidade (cf. At 12,12; Rm 16,5.23; 1Cor 16,15.19; Cl 4,15; Fm 2). Estas casas se tornavam lugar de exemplar hospitalidade, centros de vida comunitária e pontos de apoio para cristãos que estavam de passagem por aquela cidade. Abrigavam mensageiros enviados pelas comunidades e cristãos que viajavam por conta própria, muitas vezes em busca de um trabalho. O acolhimento a irmãos desconhecidos desempenhava um papel importante na Igreja primitiva (cf. Rm 12,13; 16,1-2; Hb 13,2; 1Pd 4,9). Num gesto solidário, as famílias cristãs primitivas ofereciam suas casas como lugar de acolhida aos missionários perseguidos ou para as reuniões da comunidade (cf. At 12,12)³²⁸.

Nestas comunidades, todos recebiam o tratamento de irmão, irmã, isto é, companheiros da mesma fé. Por isso, Mateus fala à sua comunidade: “Quanto a vós, não permitais que vos chamem ‘Rabi’, pois um só é vosso mestre e todos vós sois irmãos” (Mt 23,8).

Do ponto de vista da linguagem, este tratamento não chegava a ser uma novidade no cristianismo. No AT, a escola Deuteronomista introduzira em Israel o

³²⁷ Citado por Mons. G. R. CHÁVEZ, in: *Medellín*, Vol. XXIII, n. 90, junho de 1997 (Revista de Teología y Pastoral para a América Latina), Santafé de Bogotá, Colômbia, CELAM/ITEPAL, p. 337-338.

³²⁸ Cf. G. LOHFINK, *Como Jesus queria as comunidades – A dimensão social da fé cristã*, São Paulo, Paulinas, 1986, p. 147-159.

tratamento de irmão. Nas comunidades de Qunmrã e no judaísmo em geral os filhos de Abraão recebiam o tratamento de irmão. A novidade está na fraternidade das primeiras comunidades, fundamentadas na efusão escatológica do Espírito. A experiência do Espírito significava, ao mesmo tempo, a experiência da filiação divina prometida para o fim dos tempos (cf. Rm 8,14-16; Gl 4,5-7), e a consciência de ser filhos e filhas de Deus, fazendo que todos se reconhecessem como irmãos e irmãs uns dos outros³²⁹.

3.3.1

A vivência do “agape”

O amor ao próximo proposto por Jesus Cristo tem um acento universal. Trata-se de um amor que deve romper os limites de grupo, nação, povo, raça ou religião. Todo aquele que precisa de mim é meu próximo. Na parábola do Bom Samaritano, Jesus dá uma nova definição do que significa próximo, exortando a ir além: amar até os inimigos: “Amai os vossos inimigos, fazei o bem aos que vos odeiam, bendizei os que vos amaldiçoam, orai por aqueles que vos difamam” (Lc 6,27b-28).

Nas primeiras comunidades cristãs, *agape* significa amor aos irmãos na fé, “amor fraterno” (cf. Jo 13,35; Rm 14,15; 1Cor 4,21; 8,1; 13,1-4.8.13; 14,1; 16,24). Na literatura epistolar do NT, a palavra *agape/agapan* (amor/amar) não é usada para descrever o amor ao próximo fora da comunidade. Para os de fora, usa-se uma terminologia diferente, ou seja, “honrai” (timésate) e “tributai honra” (timâte); para os de dentro, usa-se “amai” (agapate) e “temei” (fobêiste) (cf. 1Pd 2,17)³³⁰.

O único testemunho do NT, exceto os evangelhos de Lucas e Mateus, onde *agape* abrange também aos não cristãos que vivem fora da comunidade, o encontramos em 1Ts 3,12: “a vós, porém, o Senhor faça crescer e ser ricos em amor mútuo e para com todos os homens, a exemplo do amor que nós vos temos”.

Nesta mesma epístola aos Tessalonicenses, Paulo assim descreve o comportamento dos cristãos, no âmbito interno das comunidades: “Não precisamos vos escrever sobre o amor fraterno, pois aprendestes pessoalmente de Deus a amar-vos mutuamente. E é o que fazeis muito bem para com todos os

³²⁹ Cf. Ibidem.

³³⁰ Cf. Ibidem.

irmãos em toda a Macedônia. Nós, porém, vos exortamos, irmãos, a progredir cada vez mais” (1Ts 4,9s).

Mas para descrever o comportamento cristão que ultrapassa o âmbito das comunidades, Paulo apresenta esta formulação: “Vede que ninguém retribua o mal com o mal; procurai sempre o bem uns dos outros e de todos” (1Ts 5,15). “Não desanimemos na prática do bem, pois, se não desfalecermos, a seu tempo colheremos. Por conseguinte, enquanto temos tempo, pratiquemos o bem para com todos, mas sobretudo para os irmãos na fé” (Gl 6,9s).

A distinção entre “amar” e “fazer o bem” tem um paralelismo em Gálatas, onde Paulo diz: “Pela caridade, colocai-vos a serviço uns dos outros. Pois toda a lei está contida numa só palavra: ‘Amarás a teu próximo como a ti mesmo’. Mas se vos mordeis e vos devorais reciprocamente, cuidado, não aconteça que vos elimineis uns aos outros” (Gl 5,13-15).

O próximo aqui é o companheiro de fé, o cristão. Alguns teólogos têm acusado Paulo de “estreitamento eclesial do amor”³³¹ ou de um “corte na plenitude de vida do amor”³³². Porém, em Romanos 12 a 13 fica evidente que tais acusações não procedem, visto que são feitas a partir do conceito de amor ao próximo de hoje, o que nem sempre corresponde ao conceito bíblico. Em Rm 12,18-21, Paulo exorta os fiéis a não alimentar a ira, a viver em paz com todos, não fazer justiça por conta própria, antes, se o inimigo tiver fome, dar de comer, se tiver sede, dar de beber. Por fim, não se deixar vencer pelo mal, mas vencer o mal com o bem.

Paulo dá a entender nestes capítulos que o mandamento do “amor ao inimigo” estará sendo cumprido quando a comunidade assume o comportamento ético de fazer o bem a todos. Assim, o amor ao próximo não se limita apenas aos irmãos na fé, mas a todos os seres humanos, independentemente de sua condição ou situação social.

A vivência do amor fraterno e a solidariedade dentro das comunidades é ponto de partida para se ultrapassar os limites deste amor e estendê-los a todos.

³³¹ H. WEINEL, *Paulus, Der Mensch und sein Werk: Die Anfänge des Christentums, der Kirche und des Dogmas*, Tübingen, 1915^{2a}, p. 188. Citado por G. Lohfink, in: op.cit., p. 156.

³³² H. PREISKER, *Das Ethos des Urchristentums*, Gütersloh, 1949^{2a}, p. 184. Citado por G. Lohfink, in: op.cit., p. 156.

3.3.2

Eucaristia e solidariedade

Os primeiros cristãos celebraram a eucaristia como um acontecimento vivencial e comunitário. Seu grande ideal era lutar por uma comunidade de bens sustentada pela palavra de Deus, pela oração e pela perseverança no ensinamento dos apóstolos. O livro dos Atos é um registro desta experiência de vida comunitária dos primeiros cristãos.

A eucaristia era um convívio fraternal fundamentado no amor e na mutua responsabilidade para criar condições para a vivência comunitária. Na expressão do grego comum, a palavra “eucaristia” significa ação de graças. É uma atitude fundamental para deixar que o Cristo ressuscitado ocupe um lugar central na vida da comunidade. O modelo de toda a eucaristia foi aquele que Jesus Cristo celebrou e mandou que fosse representado em cada momento da história³³³.

Para os primeiros cristãos a palavra e a mesa são elementos centrais que nutrem o corpo da comunidade. A comunidade, a partir da celebração da eucaristia, se torna diaconal e evangelizadora. Anuncia a morte de Jesus Cristo e a esperança da ressurreição no grande banquete messiânico. Por isso, toda a Igreja exclama: “Vem, Senhor Jesus! Vem!”. “Esta comunhão leva ao exercício concreto da solidariedade com os pobres, à conversão dos opressores para que assumam o ponto de vista dos oprimidos”³³⁴.

A participação e a partilha (material e espiritual) são elementos essenciais da vida comunitária. Nenhuma comunidade vive para si mesma mas, como fermento, faz crescer o Reino de Deus na realidade histórica em que está inserida. O amor, o serviço fraterno, a edificação mútua, a gratuidade são elementos que expressam uma verdadeira solidariedade. Toda eclesiologia fundamentada no princípio do amor possibilita a graça edificante e criativa que a livra do legalismo, do egoísmo e da apatia que esquecem as necessidades dos outros.

3.4

A profunda unidade entre as realidades humana e divina

Na interpretação dos fenômenos sociais formulados por alguns documentos³³⁵, R. Muñoz encontra dois níveis: o nível sócio-econômico e o nível

³³³ Cf. C. BRAVO, op.cit., p.247.

³³⁴ J. de SANTA ANA, *Pan, vino y amistad*, San José, Costa Rica, DEI, 1985, p. 152.

³³⁵ Trata-se de Documentos do CELAM, da CLAR, de Medellín, de Conferências Nacionais de Bispos, de Sínodos etc.

religioso, à luz da fé cristã. No primeiro, constata a “situação de pecado” e no segundo a “dignidade do homem”. Percebe uma unidade profunda entre estes dois níveis o que constitui o tema das reflexões recolhidas sobre a “ação de Deus na história”. Um e outro nível tem sua autonomia e seus métodos próprios, mas a análise sócio-econômica que os cristãos fazem não pode permanecer alheia à sua fé. “A fé não fala de outro mundo senão deste, o único mundo do homem”³³⁶. A consciência desta unidade é indispensável para descobrir a dimensão absoluta do homem e de sua tarefa na sociedade, para descobrir a projeção escatológica de sua história e para tornar a fé real e operante, impedindo assim uma religião alienante ou uma ideologia legitimadora da “ordem” estabelecida³³⁷. A História humana e a História da salvação são duas realidades distintas, mas não separadas uma da outra, pois a ação salvadora de Deus realiza-se na experiência histórica e humana.

3.4.1 História humana e “História da salvação”

A maior parte dos documentos da Igreja latino-americana fala desta unidade profunda que existe entre a experiência humana e a ação reveladora de Deus, da história humana e da história salvífica operada por Deus, das aspirações humanas e do plano salvador de Deus³³⁸.

Neste caso, como entender a fórmula cristológica da realidade “inconfusa e indivisa”? Esta analogia cristológica implicará que nossa experiência, nossa história e nossas aspirações, sem perder nada de sua humanidade, seriam inteiramente assumidas por Deus como mediação de sua ação reveladora e salvadora³³⁹.

Mas não se pode aceitar que todos os dados da história venham de Deus. A experiência da miséria, a percepção do pecado na história, a consciência do egoísmo que domina entre os poderosos e da ambigüidade das aspirações do povo atestam que devemos evitar um otimismo ingênuo. Por outro lado, a compreensão da “situação de pecado” como um desafio divino à conversão e à ação transformadora, a concepção do homem colocado pelo Criador como agente

³³⁶ R. MUÑOZ, op.cit, p. 88.

³³⁷ Cf. Ibidem.

³³⁸ Cf. A. G. RUBIO, op.cit., p. 329-338.

³³⁹ Cf. Ibidem, p. 85-87.

responsável da história não deixam lugar para a resignação providencialista frente aos fatos e situações da história³⁴⁰.

Portanto, não seria exato afirmar que a história humana é a história da salvação operada por Deus. O mais correto seria dizer que a “história da salvação” se dá na história humana junto à miséria, à injustiça e ao egoísmo ao lado de experiências positivas, forças renovadoras e aspirações de plenitude nas quais podemos reconhecer a ação reveladora e salvadora de Deus. De outro lado, a “história da salvação” caminha até sua plenitude através da história humana. Plenitude da redenção do pecado, da libertação de toda escravidão, da vitória da vida sobre a morte.

3.4.2

A ação salvadora de Deus na história humana

A revelação e a ação salvadora de Deus na história não podem ser compreendidas somente no espaço da Igreja em contraposição ao mundo indiferente e adverso. O âmbito da ação de Deus é o mundo mesmo com todos os seus aspectos: humano, temporal, social, econômico, político etc.³⁴¹.

Tudo o que é humano, pela Encarnação do Filho de Deus (cf. Jo 1,14) em nossa história, é sinal de comunhão da humanidade com Deus. Esta comunhão implica salvação do homem inteiro: corpo e espírito, pessoa, sociedade e cosmos. Por isso, a ação salvadora de Deus pode ser reconhecida nos valores, nas aspirações e nos esforços positivos de todos os homens e mulheres, não só dos crentes³⁴².

Daí a importância que os documentos davam aos valores humanos e religiosos das culturas populares, ao movimento de tomada de consciência da dignidade humana e da exigência de igualdade social, da aspiração e do impulso de solidariedade humana bem como de participação e do empenho em favor da libertação de toda escravidão, da vontade de transformação social e abertura aos valores que se manifestavam no socialismo. Neste sentido, a Igreja pode ser entendida como instrumento particular dessa ação de Deus a serviço dessa revelação e salvação realizadas no mundo³⁴³.

³⁴⁰ Cf. R. MUÑOZ, op.cit., p. 88-89.

³⁴¹ Cf. A. G. RUBIO, op.cit., p. 355-357.

³⁴² Cf. Puebla, n. 94.

³⁴³ Cf. R. MUÑOZ, op.cit., p. 94.

3.4.3

A Escatologia como realização plena da ação salvadora de Deus

Em primeiro lugar, é importante destacar que todos os homens foram criados para a comunhão salvadora com Deus. Esta, vai se realizando na história segundo o desígnio “criador” e “salvador” do mesmo Deus.

Esta história, conforme o plano de Deus, está orientada para a plenitude futura do homem. Estamos no âmbito da escatologia que plenifica a ação criadora e salvadora de Deus *na* história e *através* da história. É nesta plenitude final que a esperança cristã reconhece a identidade do mundo redimido com o mundo criado³⁴⁴. Aqui a esperança reconhece o caráter da universalidade do plano salvador de Deus se realizando na história da humanidade. Segundo o modelo da criação, Jesus Cristo, como Verbo preexistente, é quem ilumina a busca da humanidade; é ele quem está na origem dos valores, das aspirações e dos esforços positivos de todos os homens e mulheres. No modelo da história da salvação é em Cristo, por sua encarnação, que Deus assume o humano, o temporal, fazendo de todo o humanamente válido instrumento de comunhão salvadora dos homens. É em Cristo, por sua morte e ressurreição, que se revela o sentido pascal da existência humana e da história. É ele, como Senhor ressuscitado, quem leva adiante, mediante seu Espírito, a ação plenificadora de Deus em nossa história, transformando e orientando para a sua plenitude essas aspirações e esforços positivos de todos os homens e mulheres. No modelo escatológico é em Cristo, como primogênito da nova criação, que habita toda a plenitude, meta e polo desta ação plenificadora de Deus, que comunica antecipadamente a verdade do Reino escatológico³⁴⁵.

3.4.4

O mundo como lugar da ética cristã

Partindo desta compreensão da ação de Deus na história e através da história, os documentos de análise dos cristãos latino-americanos, inspirados nos documentos do magistério, tiravam duas conseqüências: uma para a ética cristã e outra para a missão reveladora da Igreja. A ação salvadora de Deus no mundo plenificada na ação de Jesus Cristo interpela e exige do homem uma opção

³⁴⁴ Comparar Gn 2 com Ap 22. Conferir também Is 65,17-25; 66,18-23; e Ap 7,9-17; 21,1-27 (“os novos céus e a nova terra”).

³⁴⁵ Cf. R. MUÑOZ, *op.cit.*, p. 95.

fundamental que dará sentido à existência. Deus espera a colaboração livre e responsável do homem para seu desígnio de comunhão salvadora. O homem aceita esta comunhão com Deus sempre que renuncia a seu egoísmo e se entrega à construção solidária de um mundo mais humano, entrando assim concretamente na salvação de Cristo, confessando-o explicitamente ou não, e a oferece a seus irmãos. O homem não se salva por meio de atos alheios à sua vida (rituais) mas sim por meio de sua história pessoal e comunitária, segundo a dimensão humana de sua própria existência³⁴⁶.

3.4.5 “Sinais dos tempos” e evangelização conscientizadora

Outra conseqüência que os documentos tiravam se referia à missão reveladora da Igreja. Se o Deus de Jesus Cristo atua hoje fundamentalmente no mundo, isto significa que, para descobrir seu plano salvador, os cristãos devem estar atentos precisamente aos fatos e situações da vida e da sociedade, ao dinamismo da história dos povos. Aí devem discernir os “sinais” dessa ação salvadora de Deus: nos valores culturais e religiosos dos povos, nas aspirações e esforços positivos do homem. São estes os “sinais dos tempos” que se deve reconhecer, numa atitude de discípulo, como um desafio à responsabilidade do cristão. Os documentos eclesiais apontavam para a necessidade de olhar, a partir da fé, a vida e a história, particularmente frente à crise social vivida pelo continente latino-americano na passagem da década de 1960 para 1970: a miséria, a tomada de consciência das maiorias e as estruturas coloniais vigentes³⁴⁷.

Na Conferência de Puebla, a Igreja retoma o tema dos “sinais dos tempos” como uma das preocupações da “doutrina social da Igreja”, fundamentada na Sagrada Escritura, na doutrina dos Santos Padres e teólogos da Igreja e nos documentos do Magistério, e da promoção humana, respondendo assim aos novos desafios que interpelam os cristãos latino-americanos³⁴⁸.

Os documentos insistiam que a transmissão do evangelho feita pela Igreja não poderia ser simplesmente uma repetição ou explicação da “mensagem” em suas formas bíblicas ou tradicionais, senão expressar esta mensagem em novas formas, enquadradas nas situações, na problemática, nas aspirações e nos esforços

³⁴⁶ Cf. *Ibidem*, p. 95-96.

³⁴⁷ Cf. G. GUTIÉRREZ, *op.cit.*, p. 89-90.

³⁴⁸ Cf. Puebla, 472 e 473; Carta Enc. de João Paulo II, *Sollicitudo Rei Socialis*, 7 (1987).

humanos, interpretando-o em função do plano de Deus. A evangelização deveria levar o homem a tomar consciência de que *na e através de* sua história concreta é oferecida a libertação integral de Cristo. Assim toda a história estará aberta para a esperança da plenitude escatológica. O humano tem valor em si mesmo, mas há de ser libertado parcialmente na história presente com a esperança da libertação escatológica plena. Os documentos latino-americanos buscavam, enfim, preferencialmente com a categoria “libertação”, uma expressão atualizada e “conscientizadora” do evangelho de Jesus Cristo, encarnação do Deus libertador na história³⁴⁹.

3.5 A Palavra de Deus a serviço da libertação

3.5.1 O Deus libertador na história

Deus se revelou a Moisés e ao povo israelita como libertador na história, quando disse: *“Eu vi, eu vi a miséria do meu povo que está no Egito. Ouvei o seu clamor por causa dos seus opressores; pois eu conheço as suas angústias. Por isso desci a fim de libertá-lo da mão dos egípcios, e para fazê-lo subir daquela terra a uma terra boa e vasta, terra que mana leite e mel, (...)”* (Ex 3,7-8). Deus envia Moisés não só para pregar a conversão do povo, mas para libertá-lo em todas as dimensões da vida³⁵⁰.

Mais tarde, quando o povo rompe a Aliança com Iahweh seu Deus, proliferando as injustiças contra os pequenos e desvalidos, os profetas levantam a voz contra as classes poderosas que oprimiam aos trabalhadores e aos pobres (cf. Am 5,7-27; Is 1,10-12; Mq 6,5-8; Zc 7,4-14). Nestes contextos, Iahweh aparece como o Deus que implanta a justiça em favor dos oprimidos³⁵¹. Esta justiça só será plena no Reino escatológico.

Os exilados da Babilônia são pobres que, passando pela experiência da opressão, descobrem que esta situação é fruto do pecado de Israel. Os judeus dispersos na diáspora, que sob o helenismo sofrem dura opressão, buscam em Iahweh forças para lutar contra os opressores. No Império romano, os judeus e os cristãos são pobres que vivem no meio dos pobres que não possuem poder

³⁴⁹ R. MUÑOZ, op.cit., p. 97.

³⁵⁰ Cf. Medellín, *Introdução*, n. 6.

³⁵¹ Cf. E. DUSSEL, op.cit., Vol. III, p. 684.

econômico, político, militar nem cultural³⁵². Os judeus continuam esperando o messias libertador; para os cristãos, a esperança messiânica já se realizou em Jesus de Nazaré, o Ressuscitado³⁵³.

O amor de Deus se revela na história, libertando e promovendo seu povo. É assim que os cristãos latino-americanos compreenderam a ação de Deus no seu atual processo de libertação.

3.5.2

Jesus Cristo Libertador

O projeto libertador de Jesus Cristo alcança a todos ao se apresentar como o messias dos pobres e quando anuncia a libertação aos oprimidos (cf. Lc 4,16-18)³⁵⁴. A opção fundamental de Jesus Cristo de evangelizar os pobres marca o começo de sua missão profética, inspirada em Isaías 61,1 e 58, 6-7. Trata-se de textos essencialmente cristológicos, eclesiológicos e históricos, conforme recorda Lucas (Lc 4,14-21). Nestes textos de Isaías e de Lucas, fundamentais na evangelização de todos os tempos, os “pobres” são os “cativos”, os “cegos”, os “oprimidos” (Is 61,1; Lc 4,14-21); são também: os que têm fome e sede, estrangeiros, sem roupa, enfermos, prisioneiros (Is 58,6-7; Mt 25,34-35); ou ainda os que sofrem e os subjugados (Mt 5,4-5). A solidariedade de Jesus se concretiza neste seu projeto libertador de libertar os prisioneiros, recuperar a vista dos cegos, alimentar os famintos etc. Historicamente, Jesus se dirigiu somente ao povo da Palestina de seu tempo, especialmente aos judeus, mas sua intenção era a evangelização de todos os pobres de todas as nações³⁵⁵.

Tomando sobre si a humanidade, com toda sua fraqueza e miséria, libertando-a da morte por sua ressurreição, Jesus Cristo conduz à plenitude todas as libertações humanas. A libertação do ser humano trazida por Cristo não pode ser compreendida somente no âmbito religioso, pois trata-se de uma libertação integral, isto é, “libertação verdadeira e integral de todos e de cada um dos homens do nosso povo”³⁵⁶. O Cristo morto e ressuscitado é modelo e semente da libertação de todo tipo de escravidão³⁵⁷.

³⁵² Cf. *Ibidem*.

³⁵³ Cf. A. G. RUBIO, *op.cit.*, p. 329-333.

³⁵⁴ Cf. Medellín, *Justiça*, n. 3.

³⁵⁵ Cf. E. DUSSEL, *op.cit.*, Vol. II, p. 460-462.

³⁵⁶ Puebla, n. 189.

³⁵⁷ Cf. Medellín, *Educação*, n. 9.

Jesus Cristo é o portador do Reino de Deus. Como Sumo Sacerdote oferece sua vida em sacrifício por todos, como Vítima pascal redime de nossos pecados, como Filho obediente encarna o clamor de libertação de todos os homens e mulheres. Ressuscitado e elevado à direita do Pai é estabelecido como cabeça da Igreja e constituído Senhor do mundo e da história³⁵⁸.

A Boa nova da pessoa de Jesus Cristo é proclamada aos homens e mulheres da AL chamados à construção de uma nova sociedade cujos fundamentos são a justiça e o amor³⁵⁹.

3.5.3

Ressurreição: esperança de libertação

A fé na ressurreição de Jesus Cristo é muito importante para libertar os seres humanos de suas enfermidades e de seus mitos fatalistas e levá-los a tomar consciência de seu valor e de suas possibilidades, bem como estimular a reconciliação e a solidariedade entre eles³⁶⁰. É esta fé na ação libertadora de Cristo na história que alimenta a esperança de uma vida melhor. O Evangelho de Jesus Cristo liberta os filhos de Deus da religião alienante e fatalista, mostrando como Deus atua na história, respeitando a dignidade, a liberdade e a responsabilidade do homem na construção de um mundo mais justo e humano³⁶¹.

O Evangelho é uma mensagem exigente de justiça e de amor. Denuncia aquele que se serve do outro em proveito próprio e nos convida ao serviço uns dos outros. A justiça evangélica é inseparável da caridade. A justiça e o amor entre os seres humanos, assim como a fé é, ao mesmo tempo, dom de Deus e tarefa para os seres humanos. A justiça evangélica é exigência de igualdade na participação dos bens e segundo as necessidades de cada um (cf. At 4,34). O Evangelho é uma reivindicação do direito dos pobres, isto é, de poder ter o necessário para viver com dignidade. O Evangelho proclama e exige, portanto, o amor, a fraternidade, o serviço e a reconciliação³⁶².

³⁵⁸ Puebla, n. 194-197.

³⁵⁹ Cf. A. G. RUBIO, op.cit., p. 335-336.

³⁶⁰ Cf. Ibidem, p. 556-558.

³⁶¹ Cf. R. MUÑOZ, op.cit. p. 98-99.

³⁶² Cf. Medellín, *Justiça*, n. 4.

3.5.4

O Evangelho como proposta de conversão

O Evangelho é também uma severa advertência aos ricos (cf. Tg 5,1-6). Sem o espírito de pobreza e sem vontade de partilhar os bens com os necessitados, e se a miséria dos irmãos não os incomoda e nem pesa em suas consciências, não poderão alcançar a salvação (cf. Mc 10,17-22). É uma ilusão esperar a conversão daqueles que não estão dispostos a partilhar com os necessitados. “Se não escutam nem a Moisés nem aos profetas, mesmo que alguém ressuscite dos mortos, não se convencerão” (Lc 16,31)³⁶³.

Com isso não se quer dizer que o acesso à salvação esteja fechado aos ricos. Cristo quer libertá-los da escravidão do dinheiro. A salvação entrou na casa de Zaqueu porque primeiro quis ver Jesus e depois o acolheu em sua casa. O fruto deste encontro foi sua disposição em devolver os bens que tinha roubado e partilhar com os pobres (cf. Lc 19,1-10). Zaqueu soube fazer amigos com o dinheiro da iniquidade e com isso teve como recompensa a salvação para toda sua casa (cf. Lc 16,9). Zaqueu compreendeu que não se pode servir a Deus e ao dinheiro ao mesmo tempo (cf. Lc 16,13).

O rico no Evangelho é o pecador que pode alcançar o perdão mediante a conversão que implica fazer justiça, devolver o que pertence aos pobres. Não pode simplesmente ser confundido com o “pobre de espírito”, sem necessidade de conversão ou de devolver o que foi conseguido num sistema de injustiça econômica estrutural³⁶⁴.

3.6

O discernimento cristão, fundamento da eclesiologia

Uma verdadeira e autêntica eclesiologia só pode estar fundamentada na práxis de Jesus e na ação do Espírito Santo na vida da Igreja (cf. Jo 14,26). Daí a necessidade e a importância do estudo da cristologia e da pneumatologia para uma melhor compreensão da eclesiologia. Sem o fundamento da cristologia, da pneumatologia, da antropologia e da sociologia, a partir dos parâmetros teológicos, não se pode chegar a uma boa eclesiologia. Estas ciências sócio-religiosas são necessárias para um profundo discernimento cristão.

³⁶³ Cf. R. MUÑOZ, *op.cit.*, p. 99-100.

³⁶⁴ Cf. E. DUSSEL, *op.cit.*, Vol. II, p. 463.

Jon Sobrino propõe a superação da compreensão ética do cristianismo baseada no fazer o bem e evitar o mal para avançar no enfoque teológico daquilo que significa o agir cristão na atualidade. O ser cristão se concretiza no seguimento do Filho de Deus. Ser cristão é, pois, ser filho no Filho. O discernimento cristão na atualidade é feito mediante a ação do Espírito Santo, o mesmo que atuou na vida de Jesus³⁶⁵.

A estrutura do discernimento de Jesus deve ser recriada ao longo da história segundo o Espírito de Jesus. O Pai se tornou exigência e condição de possibilidade de discernimento para ele. Discernir a vontade de Deus para ele foi esclarecer para si mesmo quem é Deus. Ao anunciar e iniciar o Reino, Jesus foi percebendo que o que já existia como um dado não é absoluto nem definitivo. Sua experiência de discernimento se dá ao longo da caminhada: tentações no deserto, crise da Galiléia, oração no horto das Oliveiras e morte na cruz. A história das tentações é a história do diálogo de Jesus com o Pai³⁶⁶.

Na abertura radical para Deus, Jesus vai encontrando o lugar do discernimento: o amor ao próximo. O lugar privilegiado onde se revela a vontade de Deus é o amor serviçal ao pobre, ao pequeno, ao oprimido. Para Jesus, o primeiro e fundamental discernimento é a busca da vontade de Deus e o lugar a partir de onde esta busca pode encontrar a Deus³⁶⁷. É a partir deste grande discernimento que virão os discernimentos e opções concretas de Jesus, a vivência concreta da solidariedade.

O discernimento de Jesus, “que viveu em plenitude e originariamente a fé” (Hb 12,2) e em quem se revela o modo fundamental de corresponder ao Pai, é protótipo da estrutura de todo discernimento cristão. Este não pode ser hoje idêntico ao de Jesus. Dele aprendemos fundamentalmente como aprender a discernir a partir das suas opções e atitudes históricas por ele tomadas. Ele percebe a vontade de Deus, manifestada no amor aos pobres, situada entre um “sim” e um “não” incondicionais. O “não” se dirige para o pecado contra o Reino, contra tudo o que desumaniza e ameaça a vida humana, contra tudo o que impede ou anula a fraternidade tão bem expressa no Pai Nosso³⁶⁸.

³⁶⁵ Cf. J. SOBRINO, O seguimento de Jesus como discernimento cristão, In: *Concilium*, Petrópolis, Vozes, 139 (1978/9), p. 1093-94.

³⁶⁶ Cf. *Ibidem*.

³⁶⁷ Cf. *Ibidem*.

³⁶⁸ Cf. *Ibidem*, p. 1097.

Partindo da história de Jesus, Sobrino distingue quatro critérios da práxis do amor que discerne: Primeiro, a encarnação parcial de Jesus na história e no lugar do pobre e oprimido. Jesus compreende sua missão como destinada aos pobres e sua encarnação é desenvolvida em solidariedade a eles. Na parábola do juízo final, o pobre e oprimido é o lugar a partir do qual se discerne a práxis do amor. Segundo, a práxis eficaz do amor. A boa nova anunciada se converte em nova realidade (milagres, perdão, controvérsias). Terceiro, a práxis sócio-política do amor que se torna justiça. É a partir da justiça do Reino que se pode manter diversas expressões do amor em outras áreas da vida humana. Quarto, é a disponibilidade a um amor conflitivo, por ser parcial, eficaz e sócio-político. O conflito é intrínseco ao amor de Jesus, concebido a partir do lugar do pobre e oprimido e contra os opressores. O conflito extrínseco é decorrente do primeiro e consequência da práxis do amor de Jesus em forma de polêmica, recusa, perseguição e morte. Por isso, apresenta o discernimento em forma de alternativa: “não se pode servir a dois senhores...”³⁶⁹.

Sobrino fala ainda de cinco critérios de verificação sobre o verdadeiro seguimento de Jesus: primeiro, o discernimento terá que corresponder à práxis do Reino; segundo, verificar se o entendimento do Reino é absorvido pelos pobres e oprimidos a partir desta práxis; terceiro, ver se o poder do pecado se sente ameaçado e reage em forma de rejeição e perseguição; quarto, observar se a justiça do Reino é conforme a proposta de Jesus feita no sermão da montanha; quinto, ver se na luta histórica e conflitiva pela instauração do Reino, há crescimento na fé, e que esta possa levar o cristão a lutar contra a incredulidade, progredir na esperança contra o desespero e passar do amor generalizado para uma justiça contra a opressão³⁷⁰.

A Igreja da AL, no espírito de Jesus, tem discernido, e deverá crescer neste discernimento, quanto a divindade de um Deus providente na história e escatológico para além da história. Terá que continuar descobrindo este Deus que ouve o clamor dos oprimidos, exige justiça, anuncia a libertação e sua realização última na plenitude da história. Este é um Deus diferente do Deus da cristandade vindo da cultura ocidental, comprometido com as estruturas do poder. O Espírito paira sobre os oprimidos da AL para realizar o projeto do novo céu e da nova

³⁶⁹ Cf. *Ibidem*, p. 1098-1100.

³⁷⁰ Cf. *Ibidem*, p. 1101-1103.

terra, onde “os homens construirão casas e nelas habitarão, plantarão videiras e comerão dos seus frutos...” (cf. Is 65, 21-25;).

Ao encontrar o Espírito na vida dos pobres, a Igreja começa também a tornar-se Igreja dos pobres, sacramento de libertação a serviço do Reino. Ela foi discernindo, na AL, que a caridade tem sua própria história: foi assistencial, promocional e agora se apresenta de forma estrutural. A caridade para ser eficaz deve manifestar o amor profético, discernindo as mediações das estruturas sociais, econômicas e políticas que estejam mais próximas e a serviço dos pobres³⁷¹.

A solidariedade de Jesus com os seres humanos exige a solidariedade destes entre si. Ser cristão e viver em comunidade é criar espaço para a comunhão solidária entre as pessoas e com Deus que nos chamou à solidariedade de seu Filho³⁷².

3.7 Igreja solidária em João Paulo II

O papa João Paulo II, em 1994, falava da necessidade de convocar vários Sínodos, a nível de Continentes, em preparação à celebração do grande jubileu do ano 2000. Para o Sínodo da América, o papa escolheu como tema o “Encontro com Jesus Cristo vivo, caminho para a conversão, a comunhão e a solidariedade na América”³⁷³.

A partir destes pressupostos, o Conselho pré-Sinodal da Assembléia Especial para a América enviou para as diversas instâncias eclesiais do Continente americano um documento de consulta contendo as linhas gerais do Sínodo a se realizar. A estrutura deste documento traz três elementos do tema central sugerido pelo papa: Conversão, Comunhão e Solidariedade³⁷⁴.

3.7.1 A solidariedade nasce da comunhão

A comunhão, quando entendida e vivenciada em todas as suas dimensões, nos leva à solidariedade. No dizer de João Paulo II, “o encontro com Cristo vivo

³⁷¹ Cf. *Ibidem*.

³⁷² Cf. M. D. MATEOS, *El Dios que libera*, Lima, CEP, 1985, p. 139.

³⁷³ Cf. João Paulo II, Carta Apostólica *Tertio Millennio Adveniente*, n. 38, 10 de novembro de 1994. Para o Sínodo da América, o papa tinha como objetivo a nova evangelização nas duas partes do mesmo continente, tão diversas entre si por sua origem e história. Em pauta estavam as questões da justiça e das relações econômicas internacionais, considerando a escandalosa desigualdade entre Norte e Sul.

³⁷⁴ Cf. C. I. GONZÁLEZ, Ao encontro com Jesus Cristo na América, *Medellín*, Vol. XXIII, n. 90, junho de 1997 (Revista de Teología y Pastoral para a América Latina), Santafé de Bogotá, Colômbia, CELAM/ITEPAL, p. 222.

conduz sempre à conversão e à reconciliação com Cristo e com o próximo, culmina na comunhão de vida com Ele e frutifica na solidariedade com os necessitados³⁷⁵. Em decorrência disto, diante dos grandes problemas vividos hoje pelos povos latino-americanos, de origem social, econômica, política e cultural, somos interpelados pelo próprio Cristo para a comunhão com o Pai, deixando-nos transformar pelo Espírito em instrumentos de solidariedade fraterna³⁷⁶. O mais perfeito exemplo de comunhão e solidariedade o encontramos na Trindade. A vontade do Pai ganha sua máxima expressão na vida toda do Filho e sua realização na ação do Espírito presente na Igreja ao longo de toda a história. Esta comunhão trinitária exige dos cristãos um amplo nível de solidariedade para alcançar sua comunhão com Deus.

A comunhão, o amor e a solidariedade são exigências de uma fé que se expressa através de gestos concretos, como, por exemplo, a prática da justiça (cf. Tg 2,14-17). Se Jesus lavou os pés dos seus discípulos, significa que os cristãos devem expressar sua comunhão fraterna no serviço solidário uns aos outros (cf. Jo 13,1-16). Este amor que se manifesta no serviço solidário é um forte testemunho eclesial capaz de promover a transformação da sociedade. Jesus ensina que o amor e a comunhão com Deus se concretizam na comunhão e solidariedade com os mais necessitados (cf. Mt 25,40). É por isso que a opção preferencial da Igreja latino-americana pelos pobres está apoiada no tripé da verdade sobre Jesus Cristo, sobre a Igreja e sobre o homem³⁷⁷. A solidariedade nasce, portanto, da comunhão e está enraizada na mais perfeita comunidade de amor na unidade do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

3.7.2

A solidariedade ante a insolidariedade

Um dos grandes desafios para a Igreja latino-americana hoje é a falta de solidariedade que se manifesta nos mecanismos geradores de pobreza, miséria e exclusão. As causas imediatas desta situação são as injustiças nas relações econômicas internacionais, na expansão das multinacionais, na globalização do livre mercado neoliberal, na imensa e impagável dívida externa, na injusta distribuição das riquezas entre o Norte, o Centro e o Sul do Continente americano,

³⁷⁵ João Paulo II, Sínodo de América, n. 29.

³⁷⁶ Cf. *Ibidem*, n. 3.

³⁷⁷ Cf. João Paulo II, *Sollicitudo Rei Socialis*, n. 41.

no narcotráfico e na falta de respeito aos direitos humanos sobretudo em relação aos mais pobres e às minorias étnicas (mestiços, indígenas e afroamericanos).

João Paulo II aponta como raiz deste quadro sombrio uma causa moral, afirmando que entre as atitudes que contribuem para o desequilíbrio econômico está a ganância e a sede de poder. Tais atitudes dão origem a outras omissões que acabam criando estruturas de pecado que podem ser verificadas nos “poucos que têm muito e nos muitos que têm pouco”³⁷⁸.

A luta dos cristãos contra a insolidariedade será, portanto, no campo da ética, o combate à ganância dos poderosos, e na área social, contribuir para uma ordem mais justa das relações político-econômicas.

3.7.3

A solidariedade como ética cristã

Visto que uma das causas das injustiças sociais é de ordem moral, deve-se cultivar a solidariedade como reação às injustas condições de vida sofridas pelos mais pobres. “Diante de tantos desafios e barreiras para superar os grandes problemas, é necessário começar fazendo simplesmente o que é possível”³⁷⁹. A solidariedade implica em colocar-se no lugar dos pobres e com eles buscar alternativas para a superação dos problemas que os afligem.

Diante de tais circunstâncias, toda a Igreja latino-americana é chamada a uma mudança profunda no seu modo de pensar e agir, como exigem o Evangelho e a doutrina social da Igreja. O caminho da solidariedade demanda uma constante formação da consciência ética daqueles que receberam do povo o encargo de conduzir as políticas econômicas e sociais de seus municípios, estados ou países. As lideranças cristãs, representadas pelos leigos engajados nas comunidades, bispos, sacerdotes, religiosos e religiosas, também necessitam desta formação ético-cristã, contando para isso com a doutrina social da Igreja.

Estamos, pois, diante de dois desafios: a formação da consciência crítica dos dirigentes políticos e o testemunho de comunhão na solidariedade a exemplo da comunidade primitiva (cf. At 4,32-35).

³⁷⁸ Ibidem, n. 37.

³⁷⁹ João XXIII, *Mater et Magistra*, n. 238.

3.7.4

Solidariedade e inculturação

Uma cultura bem evangelizada torna possível a promoção de relações humanas mais solidárias e fraternas. Para João Paulo II, “a inculturação é o meio, o centro e o objetivo da nova evangelização”³⁸⁰ que é conhecer, respeitar, promover a cultura de cada grupo étnico, anunciar o Evangelho a cada cultura para que esta, uma vez evangelizada, expresse em suas próprias formas o conteúdo do Evangelho.

3.8

A solidariedade segundo o Magistério Pontifício

Duas encíclicas são de extrema importância para o tema da solidariedade no Magistério da Igreja: a *Populorum Progressio* de Paulo VI e a *Sollicitudo Rei Socialis* de João Paulo II.

3.8.1

Solidariedade e desenvolvimento

João Paulo II recorda que a Igreja não tem soluções técnicas para resolver o problema do subdesenvolvimento³⁸¹, mesmo sendo ela “perita em humanidade”³⁸². Com isso a Igreja é movida “a estender necessariamente sua missão religiosa aos diversos campos em que os homens e mulheres desenvolvem suas atividades”³⁸³.

O papa afirma que “a exemplo de meus predecessores, devo repetir que não se pode reduzir a um problema ‘técnico’ aquilo que, como é o caso do desenvolvimento autêntico, concerne à dignidade do homem e dos povos”³⁸⁴.

Anunciando a verdade sobre Jesus Cristo, sobre si mesma e sobre o homem, a Igreja estará contribuindo para a solução urgente de problemas referentes ao desenvolvimento. Neste sentido a palavra que a Igreja tem a dizer hoje sobre esta questão é a mesma de vinte anos atrás ou a que dirá no futuro³⁸⁵.

O ensino social da Igreja tem uma missão profética. Por isso “o exercício do ministério da evangelização no campo social, que é um aspecto do múnus profético da Igreja, compreende também a denúncia dos males e da injustiça. Mas

³⁸⁰ João Paulo II: “Discurso aos membros da Comissão Internacional de Catequese”, um mês antes da Conferência de Santo Domingo.

³⁸¹ João Paulo II, *Sollicitudo Rei Socialis*, n. 41.

³⁸² Paulo VI, *Populorum Progressio*, n. 13, 81; João Paulo II, *Sollicitudo Rei Socialis*, n. 41.

³⁸³ João Paulo II, *Sollicitudo Rei Socialis*, n. 41.

³⁸⁴ Ibidem.

³⁸⁵ Cf. Ibidem.

convém esclarecer que o anúncio é sempre mais importante do que a denúncia; e que esta não pode prescindir daquilo que lhe dá verdadeira solidez e a força de sua motivação mais alta³⁸⁶.

Aqui se situa como exigência evangélica a opção preferencial pelos pobres colocada por João Paulo II em dimensão mundial. “Este amor preferencial pelos pobres, (...), não pode deixar de abranger as imensas multidões de famintos, mendigos, sem teto, sem assistência médica e, sobretudo, sem esperança de um futuro melhor. Não se pode deixar de levar em conta a existência desta realidade. Ignorá-la significaria tornar-nos como o ‘rico epulão’ que fingia não conhecer o pobre Lázaro, que estava prostrado ao seu portão (cf. Lc 16,-19-31)³⁸⁷.

Os números 38 a 40 da *Sollicitudo Rei Socialis* são de extrema importância para o tema da solidariedade. Esta é vista não como um sentimento superficial em relação às pessoas que sofrem injustiças de toda ordem, próximas ou distantes. Ao contrário, ela é uma determinação firme e perseverante no empenho pelo bem comum, isto é, de todos os homens e do homem todo. O que se aplica às pessoas, por analogia também é aplicado às relações internacionais entre os países para que estas se convertam em solidariedade fundada no reconhecimento de que os bens da criação são destinados a todos.

Paulo VI afirma que “o desenvolvimento é o novo nome da paz³⁸⁸. João Paulo II reafirma esta proposta de seu antecessor assegurando que “deste modo, a solidariedade que nós propomos é caminho para a paz e, ao mesmo tempo, para o desenvolvimento³⁸⁹. O procedimento solidário exige a renúncia de todas as formas de imperialismo econômico, militar, político e cultural e ajuda-nos a ver o ‘outro’ como pessoa, povo ou nação³⁹⁰. João Paulo II, inspirando-se no lema de Pio XII “a paz é fruto da justiça” (*opus iustitiae pax*) e nos textos bíblicos de Isaías e Tiago (cf. Is 32,17; Tg 3,18), afirma, por analogia, que “a paz é fruto da solidariedade” (*opus solidaritatis pax*)³⁹¹.

A solidariedade é, pois, uma virtude cristã muito semelhante ao *amor agape* sinal distintivo dos discípulos e discípulas de Cristo.

³⁸⁶ Ibidem.

³⁸⁷ Ibidem, 42. Cf. Paulo VI, *Populorum Progressio*, 47.

³⁸⁸ Paulo VI, *Populorum Progressio*, 87.

³⁸⁹ João Paulo II, *Sollicitudo Rei Socialis*, 39.

³⁹⁰ Ibidem.

³⁹¹ Ibidem.

3.9 Povo de Deus e Igreja dos pobres na AL

Um tema de grande importância que perpassou as Conferências de Medellín e Puebla contribui ainda hoje para a opção preferencial da Igreja pelos pobres e contra a pobreza: a Igreja como povo de Deus identificada com os pobres.

Razões sociais e pessoais tornaram possível a identificação do povo de Deus com os pobres na Igreja latino-americana. Nas últimas cinco décadas, o povo deste continente, mantido em silêncio durante 400 anos, começa a despertar e a tomar consciência de sua própria libertação.

Influenciados por vários movimentos sociais, aparecem na Igreja uma nova geração de sacerdotes e religiosos bem como uma geração de bispos proféticos, solidários e com forte espiritualidade evangélica. No processo de reconhecimento da realidade humana chegaram à compreensão da eclesiologia do povo de Deus. Em Medellín e Puebla, muitos bispos tomaram consciência da escandalosa realidade da pobreza existente na AL e que dentro da própria Igreja ignorava-se a presença de opressores e oprimidos como se nada de anormal estivesse acontecendo.

Alguns bispos, como Dom Helder Câmara, Dom Oscar Romero e Dom Manuel Larraín, mesmo antes do Vaticano II, foram ao encontro dos pobres. Estes tornaram-se a alma das Conferências de Medellín e Puebla. Mesmo enfrentando resistências dentro da própria Igreja e fora dela, continuaram fiéis ao Evangelho e aos pobres dando à Igreja da AL um novo rosto, conforme as propostas do Vaticano II.

A partir de Medellín, a Igreja latino-americana passou a defender com mais intensidade a importância dos pobres na constituição do povo de Deus. Sintonizados com essa proposta, surgiram vários documentos das Conferências nacionais latino-americanas e movimentos de Igreja que se sentiam legitimados em dar prioridade aos pobres como sujeitos da história e protagonistas da verdadeira Igreja. Grandes teólogos latino-americanos contribuíram com suas reflexões para a solidificação da Igreja dos pobres como sendo a Igreja do povo de Deus³⁹². Entre muitos outros, pode-se destacar Ronaldo Muñoz, Gustavo

³⁹² Cf. R. MUÑOZ, *Nova consciência da Igreja na América Latina*; Petrópolis, Vozes, 1979. G. GUTIÉRREZ, *La fuerza histórica de los pobres*, Lima, CEP, 1979; D. REGAN, *Igreja para a libertação. Retrato pastoral da Igreja no Brasil*, São Paulo, Paulinas, 1986; L. Boff, *Do lugar do pobre*, ed. 4, Petrópolis, Vozes, 1997; *E a Igreja se fez povo, Eclesiogênese: A Igreja que nasce da*

Gutiérrez, Jon Sobrino e Leonardo Boff que, acolhendo os movimentos de libertação dentro e fora da Igreja, demonstraram a força de Deus atuando na vida dos pobres em sua luta em favor da transformação das estruturas opressoras e em sua esperança na construção de um mundo melhor.

3.9.1

A Igreja povo de Deus

Falar em povo de Deus na AL é falar das grandes majorias da população pobre que vivia no campo e hoje se concentra nas periferias urbanas. Estas continuam fazendo subir até Deus seu clamor de justiça. Como nos tempos de Medellín e Puebla, há ainda hoje uma multidão de excluídos semelhante aquelas ovelhas sem pastor que despertaram a compaixão de Jesus. Foi justamente esta compaixão que fez os profetas de hoje se indignar, denunciar e solidarizar-se com esta massa abandonada.

A semente da teologia do povo, que vem do AT, é retomada pelo Concílio Vaticano II. foi lançada no Vaticano II. Paulo VI pediu aos bispos da AL que se fizesse uma aplicação do Concílio neste Continente. Os frutos mais relevantes foram as Conferências de Medellín (1968) e de Puebla (1979). Nestas Conferências, o conceito de povo de Deus fez com que a Igreja se identificasse com os pobres. Era isto que o papa João XXIII queria.

Povo evocava a multidão oprimida por uma classe dominante e exploradora. A Igreja inicia um processo de identificação com a causa dos empobrecidos, na solidariedade e na busca de um mundo diferente. Povo evocava também a emancipação da colonização, a independência da situação colonial; era, enfim, o novo sujeito da história, a humanidade libertada³⁹³.

O conceito de povo de Deus possibilitou o entrosamento de teólogos, bispos, militantes católicos e movimentos sociais identificados com a Igreja que cumpriu e ainda cumpre papel social importante na AL. Assim, o povo se torna Igreja e a Igreja se faz povo³⁹⁴. Medellín faz referência ao conflito que se dá entre três modelos de Igreja: de cristandade, de neocristandade e de libertação. Este último é que dá sustentação a Igreja como povo de Deus.

fê do povo. Petrópolis, Vozes, 1986. Estes teólogos demonstram em suas reflexões a relevância da Igreja dos pobres na AL.

³⁹³ Cf. J. COMBLIN. *O povo de Deus*. São Paulo, Paulus, 2002, p. 94.

³⁹⁴ Cf. *Ibidem*, p. 94-95.

Ao fazer referência sobre o tema “povo de Deus”, Gustavo Gutiérrez diz que “em última instância, porém, só teremos uma autêntica teologia da libertação quando os próprios oprimidos puderem alçar livremente a voz e exprimir-se direta e criativamente na sociedade e no seio do povo de Deus”³⁹⁵. O que este teólogo disse há alguns anos, está valendo ainda hoje, isto é, “Somente deitando raízes nas classes marginalizadas e exploradas, mais ainda, surgindo delas próprias, de suas aspirações, interesses, lutas, categorias culturais, forjar-se-á um povo de Deus que seja uma Igreja do povo, que faça ouvir a mensagem evangélica a todos os homens e seja sinal da libertação do Senhor na história”³⁹⁶.

Para Leonardo Boff, a teologia do povo de Deus implica em “ter a coragem de deixar crescer uma Igreja popular, uma Igreja do povo, com os valores do povo, em termos de linguagem, expressão litúrgica, religiosidade popular etc. Até há pouco tempo a Igreja não era do povo, mas dos padres para o povo”³⁹⁷.

Sobre o tema povo de Deus, Puebla traz uma grande novidade. A Igreja é apresentada como povo universal inserido em outros povos para ajudá-los a irmanar-se e crescer na direção de uma grande comunhão. “A visão de Igreja, enquanto povo de Deus, aparece, além disso, como necessária para completar o processo de transição que foi acentuado em Medellín: transição de estilo individualista de viver a fé para a grande consciência comunitária para a qual o Concílio nos abriu a todos”³⁹⁸. A primeira novidade é, portanto, o aspecto comunitário da Igreja.

Enquanto povo universal, a Igreja pode encarnar-se em todos os povos e introduzir o Reino de Deus em suas histórias³⁹⁹. Sendo o povo de Deus uma realidade histórica, caminha para uma meta ainda não alcançada como povo de Deus peregrino na história⁴⁰⁰. Se a igreja peregrina na história dos povos e da humanidade, está sujeita a mudanças, deixa-se influenciar pelas mudanças ocorridas nestes povos. Puebla destaca também o aspecto social do povo de Deus. Por ser povo histórico a Igreja deve estar estruturada e institucionalizada⁴⁰¹.

³⁹⁵ G. GUTIÉRREZ, *Teologia da Libertação*, Petrópolis, Vozes, 5 ed., 1985, p. 250.

³⁹⁶ *Ibidem*, p. 274.

³⁹⁷ L. BOFF, *Igreja: carisma e poder*, São Paulo, Ática, 1994, p. 223.

³⁹⁸ Puebla, n. 235.

³⁹⁹ *Cf. Ibidem*, n. 237.

⁴⁰⁰ *Cf. Ibidem*, n. 254-266.

⁴⁰¹ *Cf. Ibidem*, n. 261.

Outro destaque são os atributos bíblicos do povo de Deus: “Povo sacerdotal, investido de sacerdócio universal”⁴⁰². “A Igreja é povo de servidores enviados, como povo profético e habitado pelo Espírito de Deus; um povo santo e messiânico”⁴⁰³.

Tanto o Concílio Vaticano II quanto as Conferências de Medellín e Puebla trouxeram grandes contribuições para limitar o excesso de poder da hierarquia e desmonopolizar a fé que se encontra em todo o povo de Deus. A solidariedade eclesial encontra força e expressão na Igreja dos pobres.

3.9.2

A Igreja dos pobres

A expressão “Igreja dos pobres” foi a fórmula encontrada na reunião de Puebla para substituir a chamada “Igreja popular”, injustamente denunciada por alguns setores da comunidade eclesial como “Igreja paralela”, oposta à Igreja institucional.

José Comblin afirma que “a expressão ‘Igreja dos pobres’ fora lançada por João XXIII, mas não prosperou no contexto do Concílio. Acabou sendo retomada na AL destacando-se como centro da eclesiologia. A Igreja dos pobres diz o que há no povo de Deus, mas acrescenta algo fundamental: esse povo é o povo dos pobres. O verdadeiro povo de Deus é o povo dos pobres”⁴⁰⁴.

Para Jon Sobrino, “a ótica do povo de Deus revaloriza o caráter histórico da peregrinação terrestre da Igreja, a igualdade fundamental de todos os cristãos, o reconhecimento do valor de toda a criatura humana, a revalorização das Igrejas locais” e contém indícios de prioridade aos pobres. Para este teólogo, a Igreja dos pobres não pode ser simplesmente uma parte da Igreja, ao contrário, ela está inserida na totalidade da Igreja e dos seus membros. Tudo na Igreja deve partir da centralidade dos pobres⁴⁰⁵. Assim, a Igreja não deve ser “para os pobres”, mas sim “dos pobres”.

Seguindo esta reflexão eclesiológica, Comblin afirma que “o lugar central dos pobres tem seu fundamento na teologia do Pai, do Filho e do Espírito Santo. O Pai tornou-se pobre ao conceder plena liberdade e autonomia às criaturas. O

⁴⁰² Ibidem, 269.

⁴⁰³ Ibidem, 267, 269, 270.

⁴⁰⁴ J. COMBLIN. op.cit., p. 98.

⁴⁰⁵ Cf. J. SOBRINO. *Resurrección de la verdadera Iglesia. Los pobres, lugar teológico de la eclesiología*, Santander, Sal Terrae, 1981, p. 99-142.

Filho identificou-se com os pobres sendo ele mesmo pobre e despojado até à crucifixão. O Espírito Santo dirige-se aos pobres”⁴⁰⁶.

O reconhecimento da Igreja dos pobres leva necessariamente à mudança nas relações de poder. Esta mudança consiste em passar de uma Igreja apoiada nos poderes políticos, econômicos e culturais dominantes para uma Igreja seguidora de Jesus Cristo sustentada pela fé e solidariedade do povo.

Jon Sobrino fala da Igreja dos pobres não como uma Igreja nova e paralela à antiga, mas da ressurreição da Igreja antiga a partir dos pobres. Este projeto nasceu e foi lançado na AL e perdura até hoje, apesar das contradições e resistências⁴⁰⁷.

Na AL, o “povo” é, ao mesmo tempo, “povo de Deus” e “povo dos pobres”. Estes constituem a maior parte da população oprimida que aspira pela libertação total. “A Igreja é o povo dos oprimidos que encontram em Jesus Cristo a esperança de serem libertados de todo tipo de dominação e opressão para o resgate de sua dignidade como seres humanos.

Neste continente, a esperança de uma Igreja dos pobres foi estimulada pelas CEBs que tiveram grande desenvolvimento entre Medellín e Puebla. A partir de 1990, ganharam força os movimentos de classe média, ultrapassando as pastorais populares no interesse de muitos cristãos e do clero. As CEBs tornaram-se minoria. Os pobres voltaram a ser objeto da caridade de uma Igreja em cuja base está a classe média.

Mas o sonho da Igreja dos pobres, conforme queria o papa João XXIII, não acabou. A consciência despertada no Vaticano II e alimentada em Medellín de uma Igreja popular e solidária, em cuja base estão os pobres, permanece latente, podendo reaparecer a qualquer momento. “A Igreja dos pobres subsiste, (...) está presente. A história mostra que a Igreja não pode ser do povo se não é Igreja dos pobres”⁴⁰⁸.

3.10 Igreja, lugar de encontro com o Deus da vida

A partir da busca de Deus e dos sinais salvíficos (sacramentos), as comunidades compreendem-se como um espaço humano privilegiado, onde o

⁴⁰⁶ J. COMBLIN. op.cit., p. 100.

⁴⁰⁷ Cf. J. SOBRINO. op.cit., p. 109-129.

⁴⁰⁸ J. COMBLIN, op.cit., p. 280.

povo e cada pessoa pode encontrar-se com seu Deus; uma escola que ensina o povo a rezar e adorar a Deus “em espírito e verdade”; um caminho que leva ao conhecimento do Deus da vida e do Reino encarnado em Jesus Cristo e anunciado por ele. Os espaços físicos das pequenas e grandes comunidades são importantes enquanto locais de acolhida e de sinal visível do Reino de Deus no meio do povo. O Documento de Santo Domingo lembra-nos que devemos “fazer de nossas paróquias um lugar privilegiado para a solidariedade”⁴⁰⁹.

Mais importante, porém, que os espaços físicos ou as construções materiais, são as comunidades vivas, com sua fraternidade, suas orações e celebrações situadas na vida do povo. Estas se constituem o “corpo de Cristo”, o “templo do Espírito Santo”, o espaço humano do encontro com o Deus da vida. As comunidades tornam-se, assim, um lugar privilegiado da experiência de um Deus solidário. É aí que o povo encontra forças para resistir contra as situações limites: enfermidades, morte, catástrofes, injustiças sociais, etc. É aí que alimentam a esperança de romper as barreiras da insegurança cotidiana, na luta pela sobrevivência. Nestas comunidades, o povo pode sonhar e caminhar na direção de uma sociedade nova, fundamentada na justiça e no bem estar para todos, numa convivência fraterna e solidária.

Esta Igreja, como lugar vivencial da solidariedade, torna-se um testemunho da predileção de Jesus aos mais necessitados que “comia com os pecadores” e “veio para os que estavam enfermos”. O Senhor Jesus ressuscitado, enviado pelo Pai, e a presença do Espírito Santo, enviado pelo Filho, enviam a comunidade dos fiéis em missão. E o ponto de partida da missão destas comunidades é o testemunho de uma vida fraterna e solidária. É neste sentido que a Igreja se torna missionária, sendo fermento no mundo, fazendo crescer o Reino de Deus e tornando-se luz que brilha sobre todos os povos, atraindo-os para o encontro com o Deus vivo e verdadeiro.

Para responder as exigências de uma Igreja solidária, as comunidades devem proclamar aquilo que Jesus de Nazaré apresentou como centro de sua mensagem: a vinda do Reino de Deus. Jesus quis que as comunidades fossem não só lugar de acolhida, mas também sinal de contradição em relação a uma sociedade de injustiças. As perspectivas históricas da ação de Jesus no meio de

⁴⁰⁹ Santo Domingo, n. 181.

Israel são pontos de partida para a missão da Igreja no mundo: viver diante dos outros o que Deus planejou para toda a humanidade⁴¹⁰. A “multiplicação” dos pães, por exemplo, situada pelos evangelistas no outro lado do lago de Genezaré, fora feita não só para saciar a fome daquele grupo que lá se encontrava, mas na perspectiva de saciar a fome das multidões famintas ao longo de toda a história.

3.11

Igreja, lugar vivencial da solidariedade

Como lugar vivencial de solidariedade, a Igreja, no seguimento de Jesus, jamais poderá esquecer a dimensão do serviço como entrega solidária e o acolhimento aos mais necessitados.

3.11.1

O serviço comunitário como entrega solidária

Jesus Cristo se aproxima das pessoas como servidor, não para ser servido. Este é o elemento mais relevante de seu ministério. Ele anuncia o Evangelho respondendo às necessidades do povo que o procura. Por isso teve compaixão das multidões (cf. Mt 9,35-36).

A parábola do Bom Samaritano coloca toda ênfase no serviço solidário ao próximo na situação em que ele se encontre, independentemente de raça, cor, condição social ou religião (cf. Lc 10,25-37).

Jesus é o paradigma para toda ação evangelizadora da Igreja. *“Vai, e também tu fazes o mesmo”* (Lc 10,37). Jesus pede que nós cristãos atendamos as necessidades das pessoas no contexto e condição em que elas se encontrem. Se somos discípulos de Cristo, saberemos acolher este chamado ao serviço solidário em favor de nossos irmãos e irmãs, especialmente dos pobres e marginalizados.

Ora, se a Igreja é uma comunidade servidora deverá colocar-se a serviço de Cristo no serviço aos irmãos e irmãs necessitados. A Igreja como comunidade empenhada num serviço solidário deverá estar sempre alimentada pela fraternidade, desafiada pela palavra de Deus e interpelada pelo seu contexto histórico-cultural. Uma comunidade que evangeliza tem que ser uma comunidade que serve.

⁴¹⁰ Cf. G. LOHFINK, A Igreja como sociedade de contraste, in: *op.cit.*, p. 169-182.

3.11.2

Comunidade de irmãos, fonte de solidariedade

A Igreja não é simplesmente um corpo doutrinal ou uma agência de propaganda, mas sim um testemunho comunitário de fé e de esperança. Ela só poderá ser sinal do Reino de Deus apresentando-se, não como instituição assistencial, mas sim como comunidade que cultiva e compartilha o amor fraterno com os irmãos na fé, com todas as pessoas e com a sociedade humana, como tecido de relações com seus mecanismos estruturais que materializam e condicionam a convivência humana, e, da mesma forma, a própria vida das pessoas.

A Igreja deverá ajudar a cada ser humano a crescer em sua vocação de filho de Deus e colaborar com a sociedade em sua vocação humanitária de família de Deus. “Por isso, na tarefa da Igreja, a palavra evangelizadora das pessoas deve prolongar-se em uma palavra ‘profética’ na sociedade, e a ação de assistência ou promoção das pessoas deve prolongar-se em uma ação ‘política’ na sociedade”⁴¹¹.

Neste sentido, a Igreja “não servirá ao próximo como dona do mundo, como instituição de um poder superior, mas respeitando a dignidade e as capacidades de cada um, compartilhando responsabilidades na tarefa comum de construir um mundo melhor para todos. Assim sendo, não haverá relações de dependência, mas de fraternidade; não haverá resposta de gratidão, mas de consciência da dignidade compartilhada; os pobres não serão confirmados no fatalismo de uma situação sem saída, mas será alimentada sua esperança de ‘um novo céu e de uma nova terra’; o povo não será mantido em sua passividade, mas serão despertadas nele a responsabilidade solidária, a criatividade e a luta coletiva pela melhoria da qualidade de vida”⁴¹².

3.11.3

Igreja solidária e libertadora

A dimensão libertadora da Igreja da AL que, a partir de 1960, assumiu um forte compromisso com a libertação dos pobres, denunciando as injustiças sociais e participando da luta dos oprimidos em busca de libertação, é uma das principais contribuições de Medellín e Puebla. Alguns setores da Igreja se empenharam na promoção humana nas áreas da educação (alfabetização), da saúde e da

⁴¹¹ R. MUÑOZ, *Solidariedade libertadora, Missão da Igreja*, Petrópolis, Vozes, 1982, p. 27-28.

⁴¹² *Ibidem*, p. 26-27.

organização popular, mas numa linha assistencial. Aos poucos, foram percebendo que este tipo de caridade não libertava o povo em sua integridade. Era necessário denunciar as estruturas que produziam a miséria e a opressão do povo e anunciar um mundo diferente, fundado em novas estruturas voltadas para a satisfação das necessidades básicas da população, tendo em vista uma vida mais digna e humana. A Igreja foi mudando seu discurso e sua prática, e compreendeu que o sujeito da mudança necessária para a paz teria que ser feita pelo próprio povo organizado. É por isso que a partir de Medellín e Puebla se fala de libertação integral do ser humano⁴¹³.

A partir destas duas grandes Conferências latino-americanas, a Igreja toda fez uma opção solidária pelos pobres em vista de sua libertação, chamando os ricos à conversão e os pobres a lutar por sua libertação. Esta opção solidária pelos pobres implicou para a Igreja uma mudança de lugar social. A Igreja começa a sentir-se pobre com os pobres e a partir daí percebe melhor a necessidade de mudanças estruturais para tornar possível a realização da justiça e da paz. A partir dos pobres, descobre a dimensão libertadora do Evangelho que anuncia um Reino que começa já aqui na terra, tendo como sinais a luta pela justiça e o cultivo da solidariedade na sociedade⁴¹⁴.

A opção solidária pelos pobres significou ainda a possibilidade dos pobres construírem a Igreja, enriquecendo-a com sua cultura, religiosidade e sua maneira de entender e celebrar o mistério cristão, como já tematizamos anteriormente, surgiram as CEBs que são a Igreja toda se realizando na base.

A Teologia da Libertação é a expressão teórica desta nova prática solidária nascida dos pobres. Esta ilumina o caminhar da Igreja com os pobres. Para uma Igreja verdadeiramente libertadora a pobreza não é uma fatalidade nem pode ser da vontade de Deus, mas “produto de determinadas situações e estruturas econômicas, sociais e políticas (...) que produzem ricos cada vez mais ricos às custas de pobres cada vez mais pobres”⁴¹⁵.

⁴¹³ Cf. L. BOFF. *E a Igreja se fez povo. Eclesiogênese: A Igreja que nasce da fé do povo*. Petrópolis, Vozes, 1986, p. 152..

⁴¹⁴ Cf. *Ibidem*, p. 153.

⁴¹⁵ Puebla, n. 30.

3.12

A dimensão samaritana da Igreja na América Latina

3.12.1

Ouvir o clamor dos pobres

Assistimos ao longo destes 500 anos de presença da Igreja na AL uma situação análoga àquela da parábola do Bom Samaritano. O colonialismo de outrora se transformou em neocolonialismo, continuando a estrutura de dominação sobre os índios na forma cruel do genocídio, sobre os negros sob a forma de dura servidão e sobre a classe trabalhadora com a exploração do trabalho, produzindo o enriquecimento injusto para alguns privilegiados às custas da miséria das grandes maiorias. O resultado é a exclusão de uma multidão de miseráveis caídos à beira do caminho a espera de alguém que lhes estenda a mão como fez o Bom Samaritano da parábola⁴¹⁶.

Esta servidão que assistimos no passado continua até mais forte hoje sob outros sinais como é o caso do neoliberalismo e com outros senhores no poder. Na Conferência de Puebla os bispos latino-americanos constataram que “do coração dos vários países que formam a AL está subindo ao céu um clamor cada vez mais impressionante. É o grito de um povo que sofre e reclama por justiça, liberdade e respeito aos direitos fundamentais dos homens e dos povos (...). O clamor é claro, crescente, impetuoso e, nalguns casos, ameaçador”⁴¹⁷.

Será que a Igreja foi próxima a esta multidão de caídos, vítimas de todo tipo de espoliação? A Igreja realizou toda a parábola de Jesus, mas não esqueceu seu papel samaritano⁴¹⁸, “foi também sacerdote e levita que passou ao largo, insensível e cúmplice da dominação”⁴¹⁹. A Igreja reunida em Puebla reconhece que nem sempre se preocupou suficientemente com os pobres e nem sempre se portou de forma solidária com eles⁴²⁰.

⁴¹⁶ Cf. L. BOFF, *Do lugar do pobre*, ed. 4, Petrópolis, Vozes, 1997, p. 47-58.

⁴¹⁷ Puebla, n. 87, 89.

⁴¹⁸ Sobre o papel samaritano da Igreja na América Latina, ver: E. DUSSEL, *História da Teologia na América Latina*, São Paulo, Paulinas, 1981, p. 165-198. O autor mostra que desde o princípio alguns setores da Igreja latino-americana se comprometeram com os pobres conforme a atitude de alguns bispos e as prioridades de inúmeros sínodos e concílios provinciais.

⁴¹⁹ L. BOFF, *Do lugar do pobre...*, op.cit., p. 48.

⁴²⁰ Cf. Puebla, n. 1140.

3.12.2

Acolher os necessitados

Diante das necessidades básicas do povo, de sua luta contra a fome, a enfermidade e a falta de moradia, diante, enfim, de todo tipo de humilhação que fere a dignidade humana, muitos setores da Igreja latino-americana entenderam que para ser fiéis ao Evangelho, à experiência das primeiras comunidades e aos “sinais dos tempos” deviam colocar-se ao lado dos “caídos à beira do caminho”, como ensina a parábola do Bom Samaritano. Pena que nem todos assumiram esta atitude solidária, agindo, ao contrário, como o sacerdote e o levita daquele episódio do evangelho (cf. Lc 10,29-37).

Na medida em que a Igreja se aproxima da realidade dos pobres retoma o caminho da solidariedade. Tomando iniciativas no campo social, vai construindo uma nova cultura solidária em contraste com a cultura individualista e consumista das classes dominantes.

A Igreja vai se transformando em pequenas comunidades espalhadas no meio dos pobres e assumindo uma nova configuração. Formadas por gente que sofre todo tipo de humilhação, estas comunidades socorrem aqueles que estão em situação de desespero por causa da fome, da falta de moradia, da falta de assistência à saúde, do desemprego ou da falta de oportunidades na escola.

Diante da situação de miséria, as comunidades reagem, denunciando as injustiças e acolhendo as pessoas necessitadas com a mesma compaixão que Iahweh teve para com o povo oprimido no Egito (cf. Ex 3,7-8) ou com a mesma solidariedade de Jesus que, vendo a multidão desorientada e com fome, acolhe-a para o ensinamento, a organização e a partilha do pão (cf. Mc 6,30-44). Percebe-se aqui um novo modelo de Igreja que apresenta sinais de uma “comunidade samaritana” que se compadece, compartilha, cura e acolhe àqueles que estão à beira do caminho, feridos e assaltados por um sistema injusto e cheio de iniquidade.

Jesus levou a sério o sofrimento corporal, psíquico e social das multidões empobrecidas e ensinou a seus discípulos a fazerem o mesmo. Somente com esta compaixão e com estes gestos de acolhida, a Igreja poderá tornar-se sinal do Reino de Deus que chega aos pobres e marginalizados deste continente de multidões abandonadas.

O afeto, a amizade, a festa, os laços de família e o companheirismo presentes na vida dos pobres são valores acolhidos e celebrados nestas comunidades. A necessidade de pão, de teto e de saúde fortalece entre os pobres sua capacidade de afeto e de acolhida fraterna. As comunidades cristãs vão se tornando um espaço vivencial de acolhida, de fraternidade e de solidariedade. Estas não só estão a serviço dos necessitados, mas também os acolhem para viverem numa nova família de irmãos e irmãs cuja principal característica é a solidariedade.

Numa sociedade que sistematicamente despreza os pobres e marginalizados, as comunidades constituem-se um espaço onde cada um se sente acolhido solidariamente a partir de sua dignidade. Numa sociedade onde a cultura individualista, veiculada e alimentada pelos meios de comunicação de massa, ameaça a vida e fere a dignidade humana, trazendo angústias, medo, insegurança e frustrações aos pobres, as comunidades cristãs subsistem como lugar de encontro e convivência, de apoio mútuo e de serviço aos mais necessitados. Em um povo que, apesar de ameaçado pela tristeza e pela angústia da morte, ainda é capaz de festejar os sinais de vida, as comunidades cristãs se tornam um espaço de convivência alegre, onde as pessoas podem conversar, dialogar, rir, e, agradecidas, celebrar o Deus da vida que ressuscitou a um Crucificado, Jesus Cristo, arrancando-o da morada dos mortos⁴²¹.

A acolhida mútua, a responsabilidade de uns pelos outros, a reconciliação e a celebração comunitária são expressões concretas do amor de Jesus Cristo na vivência das comunidades, conforme vemos nos evangelhos, nos Atos dos Apóstolos e sobretudo nas cartas de Paulo. Ao dirigir-se às comunidades, o apóstolo Paulo exorta aos irmãos e irmãs a acolherem-se e perdoarem-se mutuamente, carregando o fardo uns dos outros, animando aos desanimados, levantando os caídos, elogiando-se e honrando-se uns aos outros, alegrando-se juntos e perseverando em ação de graças (cf. Cl 3,12-14; 1Ts 5,14-18).

O amor mútuo e a reciprocidade são de fundamental importância para o testemunho solidário da comunidade dos seguidores de Jesus. Todos devem ser tratados como iguais, todos são importantes, cada um responsável pelos demais e pelas tarefas comuns, segundo a originalidade e dons próprios de cada um. Este

⁴²¹ R. MUÑOZ, *Experiencia popular de Dios y de la Iglesia*. In: V.V.A.A., *Cambio social y pensamiento cristiano en América Latina*, 1992, p. 167.

foi o legado deixado pela comunidade primitiva: “ninguém entre eles era indigente”.

João Paulo II, em sua primeira visita ao Peru, disse que os pobres têm “fome de pão” e “fome de Deus”. Os cristãos comprometidos com a justiça e a paz entendem que a “fome de pão” é um mal injusto que deve ser erradicado para que todos possam viver com dignidade. A “fome de Deus” é um bem inesgotável que deve ser reconhecido e alimentado. Pois bem, as comunidades são este espaço onde os pobres saciam sua fome de Deus e se fortalecem na luta para erradicar sua fome de pão.

É na vivência comunitária da fé em um Deus que se compadece, quando vê e toma conhecimento do sofrimento injusto do povo, que fazemos experiência de sua ação libertadora a partir dos empobrecidos. Este é o Deus de Jesus Cristo que se coloca solidariamente do lado dos abandonados pelo sistema injusto de seu tempo, curando os maltratados, libertando os oprimidos e levantando os caídos.

Os cristãos destas comunidades descobrem na Bíblia o rosto do Deus vivo, compassivo e cheio de misericórdia e sua identidade de povo escolhido e enviado em missão no mundo e para o mundo.

3.12.3 O martírio como testemunho de Solidariedade

O anúncio profético do Evangelho custou à Igreja latino-americana a perseguição e o sangue de muitos mártires. A realidade eclesial latino-americana é marcada pelo testemunho e profetismo. Apesar de suas deficiências e pecados, ela vem cumprindo sua função profética na sociedade como um sinal de justiça e paz, de amor e reconciliação. É assim que procede no anúncio de Jesus Cristo e do Reino, questionando as estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais dos sistemas e ideologias que exploram e instrumentalizam os mais pobres para chegar ao poder.

Santo Domingo reconhece a realidade do martírio na Igreja latino-americana como manifestação da solidariedade cristã e prova fiel de que o Evangelho tem penetrado nas mulheres e homens de nossas comunidades que, a exemplo de Jesus Cristo, entregaram suas vidas pela causa do amor a Deus e aos irmãos⁴²².

⁴²² Em fevereiro de 1995, os bispos da Guatemala entregaram uma primeira lista de mártires ao papa. Nela aparecem nomes de indígenas e camponeses que serviam a seus irmãos nas comunidades como catequistas e ministros da Palavra. Esta lista poderia ser acrescentada se fosse

A reflexão sobre a experiência da perseguição e do martírio em nosso continente, tem dado força e valorizado uma teologia que prioriza a vida, permitindo compreender que a opção pelos pobres e excluídos é, justamente, uma opção pelo Deus da vida, revelado em Jesus Cristo e em todos os que o seguem fielmente⁴²³.

3.13 **Perspectivas de uma Igreja solidária hoje**

Para manter a esperança de um mundo mais humano e justo para todos, é necessário acreditar na força transformadora da solidariedade e descobrir os caminhos que nos levam à “civilização do amor”. A solidariedade hoje exige de nós um compromisso com a defesa do meio ambiente. Assim sendo, Igreja não pode deixar de lutar pela preservação da natureza, se quiser manter-se na defesa da vida. Urge na AL a criação de uma pastoral que trabalhe a questão da solidariedade em duas dimensões: na denúncia das injustiças e no serviço à vida que se encontra ameaçada. É isso que se espera de uma Igreja fiel a Jesus Cristo e solidária com os pobres.

3.13.1 **A força transformadora da solidariedade**

Ante ao agravamento da crise sócio-econômica e cultural, o grande desafio para uma Igreja solidária hoje continua sendo a vivência do amor, da justiça e da fraternidade. Urge na AL a renovação da opção pelos pobres e excluídos como primeiros destinatários da Boa Notícia do Reino e chamados, como sujeitos da história, a ser evangelizadores e construtores de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária.

A opção preferencial pelos pobres e excluídos, por ser radicalmente evangélica e elemento fundamental da realidade cristã e eclesial, deve continuar sendo o critério estrutural da vida e da missão da Igreja na AL chamada a viver uma espiritualidade encarnada e agir solidariamente como força transformadora da situação. A proposta de João XXIII acerca da “Igreja de todos e em especial a Igreja dos pobres”, encontrou na AL e no Caribe uma terra fértil por ser um continente majoritariamente pobre e cristão ao mesmo tempo. A partir da década

levado em conta lideranças de movimentos sociais que mesmo não sendo participantes assíduos das comunidades morreram em defesa do direito e da justiça.

⁴²³ Cf. G. GUTIÉRREZ, *¿Dónde dormirán los pobres?* Lima, Peru, Instituto Bartolomé de las Casas/CEP, 2002, p. 61.

de 1960, formulou-se, no campo teológico, a distinção entre três conceitos-base de pobreza: a pobreza real (material), como estado escandaloso e não desejada por Deus; a pobreza espiritual, como desprendimento frente aos bens deste mundo; e a pobreza solidária expressa no compromisso com o pobre e no protesto contra a pobreza⁴²⁴.

A teologia da libertação, nascida a partir de uma intensa preocupação pastoral, ligada à vida da comunidade eclesial e comprometida com a situação da sociedade latino-americana, é um convite ao discernimento crítico da fé cristã em cada momento da história. Para um cristão, ser solidário “significa estar aberto ao que o Senhor quer dizer através de acontecimentos históricos que devem ser lidos e discernidos, conforme o papa João XXIII e o Concílio Vaticano II, como sinais dos tempos”⁴²⁵. É, pois, necessário que a Igreja tenha uma grande capacidade de escuta e de abertura ao que o Senhor diz a partir de outros ângulos da vida humana, cultural e religiosa. Quanto mais capacidade os cristãos tiverem para ouvir o que Deus tem a dizer através de outras culturas, religiões ou denominações religiosas, mais firme será sua convicção e mais transparente sua identidade cristã⁴²⁶.

Daí a importância da preocupação da Igreja com a “evangelização da cultura” que deve ser encarada como um processo dinâmico que abrange todos os aspectos da vida pessoal e social. Só assim é possível a construção de uma “cultura da solidariedade”, identificada como sinal da irrupção do Reino de Deus no meio do povo.

A solidariedade hoje exige fidelidade a Jesus Cristo e à sua proposta, o empenho da Igreja latino-americana por uma autêntica promoção humana que signifique o respeito à dignidade da pessoa, o diálogo com as diferentes culturas, procurando encontrar espaços para a tão sonhada “cultura da solidariedade”. A paz que todos os povos almejam é fruto desta cultura fundada na justiça e na solidariedade bem como no projeto de Jesus Cristo que veio para que todos tivessem vida e vida em abundância.

Nossa Igreja deverá reassumir hoje as propostas do Concílio Vaticano II, de Medellín, Puebla e Santo Domingo, em relação à solidariedade com pobres e

⁴²⁴ Cf. *Ibidem*, p. 11.

⁴²⁵ *Ibidem*, p. 6.

⁴²⁶ *Ibidem*, p. 55.

excluídos. Assim, “as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo”⁴²⁷ que, dirigidos pelo Espírito Santo e tendo aceito a mensagem de salvação, devem propô-la a todos. “Portanto, a comunidade cristã se sente verdadeiramente solidária com o gênero humano e com sua história”⁴²⁸.

O papa João Paulo II assegura que “faz parte do ensinamento e da prática mais antiga da Igreja a convicção de estar obrigada, por vocação (...) a aliviar a miséria dos que sofrem, próximos e distantes, não só com o ‘supérfluo’ mas também com o ‘necessário’. Nos casos de necessidade, não se podem preferir os ornamentos supérfluos das Igrejas e os objetos preciosos do culto divino; ao contrário, poderia ser obrigatório alienar estes bens para dar de comer, de beber, de vestir e casa a quem disso está carente”⁴²⁹.

3.13.2

Caminhos para construir a solidariedade

Entre os desafios que a realidade social apresenta à Igreja latino-americana está o compromisso sócio-político dos cristãos como fermento evangelizador no mundo da política partidária, da economia, da comunicação social e demais realidades sociais. A doutrina social da Igreja acompanhada pela reflexão da teologia da libertação continua contribuindo para o agir solidário de uma Igreja voltada aos pobres e excluídos do sistema político-econômico vigente.

A opção fundamental pela “civilização do amor”⁴³⁰ deve impulsionar a Igreja ao compromisso solidário em relação à solução dos problemas econômicos, sociais e culturais. Nesta opção deve-se levar em conta a promoção da justiça, da dignidade e da liberdade humana, procurando a satisfação das necessidades vitais

⁴²⁷ *Gaudium et Spes*, n. 1.

⁴²⁸ *Ibidem*.

⁴²⁹ João Paulo II, *Sollicitudo Rei Socialis*, n. 31.

⁴³⁰ A expressão “civilização do amor” foi empregada pela primeira vez, segundo Hervé Carrier, por Paulo VI, em 17 de maio de 1970, dia de Pentecostes, afirmando que “o que Pentecostes inaugurou é a “civilização do amor” e da paz, e todos sabemos o quanto necessitado está nosso mundo, todavia hoje, de amor e paz”. Cf. Hervé Carrier, *Una civilización del amor, ¿proyecto utópico?*, Instituto Mexicano de Doctrina Social Cristiana, México, 1990, nota 1, p. 3. O mesmo autor, no artigo “Civilização do amor”, in: *Diccionario de la Cultura*, Verbo Divino, Estella, 1994, p. 120-123, conclui com estas palavras de João Paulo II ao Conselho Pontifício da Cultura: “A Igreja respeita todas as culturas e não impõe a nenhuma sua fé em Jesus Cristo; convida, porém, a todas as pessoas de boa vontade a promover uma verdadeira “civilização do amor”, baseada nos valores evangélicos da fraternidade, da justiça e da dignidade para todos” (*Sollicitudo Rei Socialis*, n. 33). Todo o n. 8 da *Mensagem* de Puebla “aos povos da América Latina” é dedicado ao tema da “civilização do amor”.

de todos os seres humanos. Assim sendo a Igreja estará colaborando para a construção da solidariedade presente em algumas pastorais e movimentos sociais.

Esta opção não seria possível na Igreja sem a força do Espírito Santo. Por isso os bispos latino-americanos propõem uma espiritualidade eclesial encarnada, contemplativa e orante, centrada na palavra de Deus, no testemunho e na solidariedade.

Por que é tão relevante assim a solidariedade? Porque em uma sociedade onde há injustiças, discriminação, pobreza e exclusão, esquecimento da causa dos pobres, e onde a dignidade humana é ofendida com frequência, é necessário que a Igreja se solidarize com as vítimas daqueles que insistem em querer deter o poder político, econômico e cultural.

3.13.3

Solidariedade ecológica

A Conferência de Santo Domingo afirma que a obra da Criação foi a primeira aliança de Deus com a humanidade (cf. Gn 1–2). A negação a esta aliança afeta toda relação do ser humano com seu Criador e suas criaturas⁴³¹. Esta Conferência denuncia a proposta de um desenvolvimento econômico que privilegia a minoria em prejuízo das grandes majorias empobrecidas e da própria natureza. Propõe, ao contrário, um “desenvolvimento sustentável”, conjugando crescimento econômico e respeito ecológico⁴³².

A luta pela preservação da natureza não pode estar dissociada da luta pela defesa da vida. Um agricultor, que necessita plantar para o sustento de sua família, não pode ser impedido de preparar a terra, derrubando um pedaço da mata. Um índio, que necessita da pesca e da caça para sobreviver, não pode ser impedido de pescar e caçar.

Um dos grandes problemas da humanidade hoje é o desequilíbrio ecológico. A contaminação das águas dos rios e oceanos, a destruição das matas, o lixo que contamina e traz doenças às populações das periferias urbanas, a poluição do ar, tudo isso tem trazido enormes prejuízos ao sistema ecológico e em consequência às populações mais carentes⁴³³.

⁴³¹ Cf. Santo Domingo, n. 169.

⁴³² Cf. *Ibidem*.

⁴³³ Cf. A. G. RUBIO, *Unidade na pluralidade: O ser humano à luz da fé e da reflexão cristãs*, ed. 2, São Paulo, Paulinas, 1989, p. 440-444. Este teólogo aponta cinco problemas que se tornam um desafio para os defensores do sistema ecológico mundial: a) o aumento da população e a insuficiência de alimentos em decorrência da injusta distribuição dos mesmos; o crescente desnível

A solidariedade ecológica é colocada diante de três grandes desafios: o primeiro deles é a denúncia contra os grandes monopólios que controlam as indústrias madeireiras e de mineração, devastando grandes extensões de matas virgens para extrair as riquezas naturais, sem a mínima preocupação com o meio ambiente. Usufriuem egoistamente de um bem comum da humanidade. O segundo desafio é a defesa do meio ambiente, não somente na luta contra a destruição das matas, mas também denunciando a má distribuição e a perversa mania de destruir para acumular riquezas. O terceiro é tentar impedir que grandes companhias estrangeiras explorem e exportem as riquezas naturais dos pobres para os países ricos.

A. G. Rubio afirma que “a contaminação do meio ambiente, a exploração abusiva e depredadora dos recursos naturais, os arsenais de armamentos nucleares e convencionais etc., são problemas derivados da orientação dada pelo homem moderno à industrialização. Certamente não são problemas criados pelos povos subdesenvolvidos”⁴³⁴.

São problemas a serem enfrentados pelas organizações que defendem o sistema ecológico, quando as grandes maiorias de nossa gente latino-americana se encontram prostradas na miséria e no limite entre a vida e a morte. Como recuperar a dimensão correta de administrar a criação no sentido de preservar suas criaturas?

Em Puebla (1979) já é possível encontrar uma preocupação eclesial latino-americana com a questão ecológica⁴³⁵. No nível mais popular da teologia da libertação, a prática da solidariedade entre os seres humanos implica numa relação nova com a natureza criada, superando a utilização coisificante. Os mecanismos e estruturas que depredam a natureza são os mesmos que instrumentalizam o ser humano e os povos. É necessário, pois, não só a mudança de mentalidade, mas sobretudo a mudança estrutural⁴³⁶.

entre o crescimento demográfico e o aumento da produção de alimentos; b) o esgotamento das reservas naturais associado ao uso descontrolado das matérias-primas; c) a poluição do ar nociva à vida humana, vegetal e animal; a devastação de florestas e a destruição da cobertura vegetal que causam empobrecimento do solo e a extinção de muitas espécies de animais; a poluição das águas de rios, lagos e mar, escasseando a água doce; a poluição derivada da urbanização descontrolada e, finalmente a poluição atômica causada pela radiação nuclear. A poluição afeta a saúde do ser humano colocando em risco sua sobrevivência; d) a corrida armamentista com sua monstruosa capacidade de destruição; e) a crise ecológica associada à escandalosa injustiça internacional.

⁴³⁴ Ibidem, p. 458.

⁴³⁵ Cf. Puebla, n. 134, 496, 327, 1236.

⁴³⁶ Cf. A. G. RUBIO, op.cit., p. 459-460.

Santo Domingo aponta para o cultivo de uma espiritualidade que recupere o sentido de Deus presente na natureza; pede que os cristãos aprendam dos pobres a vivência da solidariedade e valorizem “a sabedoria dos povos indígenas no tocante à preservação da natureza como ambiente de vida para todos”⁴³⁷.

Uma solidariedade ecológica exige da Igreja um permanente diálogo com outros movimentos ecológicos e ecumênicos em torno da defesa do meio ambiente. “São Francisco de Assis, em seu amor aos pobres e à natureza, mostrou este caminho”⁴³⁸.

3.13.4 Pastoral da solidariedade

Na Conferência de Medellín foi levantada uma questão que ainda hoje merece destaque e uma atenção especial. Será que os cristãos batizados estão vivendo coerentemente sua fé? Foi constatado que enquanto na Igreja primitiva se batizava aos que aderiam à fé, hoje a Igreja tem o desafio de evangelizar aos batizados, visando a sua conversão. É urgente, portanto, que a Igreja latino-americana se empenhe na “pastoral da solidariedade”.

A Igreja deverá inspirar-se na força libertadora integral de Jesus Cristo e no compromisso humano de libertação solidária. Foi esta a descoberta que os bispos da AL fizeram em Puebla. A fé cristã tem sido e será radicalmente acolhimento do dom de Deus⁴³⁹. Em decorrência disso, ela é normativa para os cristãos de todos os tempos e lugares. Deverá, pois, continuar o tríplice ministério de Jesus que se caracteriza pela proclamação da boa notícia da chegada do Reino de Deus (*martyria*), pela libertação e liberdade dos pobres e oprimidos (*diakonia*) e pela reunião dos discípulos (*koinonia*). “Estas três ações serão normativas para a *ekklesia* pós-pascal”⁴⁴⁰.

Floristán afirma ainda que “o termo neotestamentário *koinonia*, em perfeita simbiose com os vocábulos *diakonia* e *leiturgia*, equivale paulatinamente ao fundamento da comunidade cristã (...) que se centra em uma relação de intimidade com Deus, realizada em Jesus Cristo pelo dom do Espírito Santo”⁴⁴¹.

⁴³⁷ Santo Domingo, 169.

⁴³⁸ Cf. *Ibidem*, 170.

⁴³⁹ Cf. R. MUÑOZ, *Evangelho e libertação na América Latina: a teologia pastoral de Puebla*, São Paulo, Paulinas, 1981, p. 53-59.

⁴⁴⁰ C. FLORISTÁN, *Conceptos Fundamentales de Pastoral*, Madrid, Cristiandade, 1983, p. 27.

⁴⁴¹ *Ibidem*, p. 164s.

Em Santo Domingo foi pedido que na renovação das paróquias se desse prioridade ao tríplice ministério de Jesus Cristo. O texto mais explícito o encontramos no n. 254 onde são enumeradas as linhas pastorais diante dos desafios que a cultura moderna coloca para a Igreja: “Promover e formar o laicato para exercer no mundo sua tríplice função: a *profética*, no campo da palavra e do pensamento, de sua expressão e valores; a *sacerdotal*, no mundo da celebração e do sacramento, enriquecida pelas expressões da arte e da comunicação; a *real*, no universo das estruturas sociais, políticas e econômicas”⁴⁴².

3.13.5

Solidariedade libertadora

Para uma ação solidária concreta estes poderiam ser os elementos essenciais: primeiro, tomar consciência da realidade. Sentir compaixão dos que sofrem, ouvir o clamor dos aflitos, conhecer as causas de todo tipo de sofrimento humano. A Igreja terá que contemplar Jesus que se colocou ao lado do necessitado, do indigente e do pobre. Jesus assume solidariamente esse sofrimento para poder superar a injustiça humana. Segundo, conhecer o princípio teológico que é a marca da atitude solidária de Jesus, isto é, o fato de ele ter se encarnado para poder assumir em plenitude o sofrimento humano. A partir de sua dor, Jesus pode ser solidário com o sofrimento humano. Conhecendo nossa fraqueza, Jesus mostra a força de Deus para superar os obstáculos que impedem a dignidade da vida humana. Terceiro, a partir do próprio lugar do sofrimento, assumindo à condição humana, Jesus compartilha a vida dando impulso à verdadeira solidariedade a partir do lugar do pobre. Jesus ensina a partilhar compartilhando. Quarto, ao anunciar a Boa Nova do Reino, Jesus coloca-a na perspectiva da opção de Deus, isto é, pelos pobres, a partir dos quais cumpre seu sentido de “solidariedade e protesto”, ao reconhecer a pobreza material que oprime e desumaniza. Para entender a solidariedade com o pobre, a Igreja terá, antes, que reconhecer a dura realidade de sua pobreza que escandaliza todo nosso continente que se diz cristão. Quinto, a solidariedade deverá estar enraizada numa espiritualidade que reconhece, através da análise social e econômica, as raízes estruturais da pobreza com todos os seus mecanismos e sistemas. Um espírito solidário jamais deixará de ver a realidade da pobreza e da miséria como conseqüências de estruturas injustas que mantêm relações sociais e econômicas

⁴⁴² Santo Domingo, n. 254.

injustas. Se existem pobres e multidões vivendo na extrema miséria é porque do outro lado do muro existem ricos que exploram ou que não se incomodam com a situação dos que passam necessidade. Essas desigualdades demonstram o sistema injusto de uma sociedade que supervaloriza os que têm e despreza os economicamente despossuídos. A Igreja, com sua solidariedade, terá que lutar para que ocorram mudanças nesta situação transformando-a através de uma amor eficaz, não por uma caridade ingênua. Sexto, a práxis solidária exige acolher o pobre para que ele não se sinta mais abandonado. Os cristãos terão que estar motivados por uma autêntica compaixão. Sétimo, muitos entendem a solidariedade como algo romântico e abstrato. Isso pode acontecer quando faltar o gesto concreto, uma ação pastoral responsável, o esforço concentrado na prática da hospitalidade, da atenção e do cuidado à pessoa necessitada. Nossas palavras devem sempre ser acompanhadas de gestos e ações concretas no serviço aos pobres. A solidariedade é um modo de se viver o Evangelho, um estilo novo que transforma toda a vida daquele que se entrega solidariamente aos necessitados. É um estilo de vida que encarna o espírito solidário de Jesus. Mais importante do que saber que Jesus agiu solidariamente em tudo o que disse e fez é conhecer de que maneira foi realizando essa opção fundamental⁴⁴³. Oitavo, a solidariedade exige mudanças na forma de viver. A sociedade contemporânea fortemente marcada pelo consumismo e pelo individualismo tem trazido grandes obstáculos para a convivência social. Novas formas de solidariedade poderão contribuir para o rompimento dos modelos existentes que isolam as pessoas em pequenos mundos de saudade e angústia. Nas sociedades tecnologicamente mais avançadas existe um grande vazio que corrói o ânimo e a esperança dos povos. Muitos acabam se acostumando a viver fechados em si mesmos e desmotivados para amar a vida. Não se cria mais um espaço para a ternura, o sonho, a imaginação. Nono, para superar a falta de solidariedade, há necessidade de um momento para analisar e refletir a situação e descobrir que somos responsáveis, na sociedade em que vivemos como fermento na massa, pela construção de um mundo mais fraterno, humano e justo. Existem cristãos que ainda não aceitam que na Igreja se fale de política. A política é o espaço onde se constrói concretamente a nova sociedade sonhada pelos cristãos militantes. A consciência política torna os cristãos

⁴⁴³ Cf. J. M. CASTILLO, *El discernimiento cristiano*. Salamanca, Sígueme, 1984, p. 141.

responsáveis pela situação e dispostos a superá-la com sua contribuição. A pequena contribuição dada pelos cristãos latino-americanos pode gerar um plano de convivência que desperta para este mundo solidário. O mundo melhor que desejamos não surge espontaneamente, mas sim através do esforço e empenho dos cristãos. Décimo, a práxis solidária exige dos cristãos uma ação profética. A Igreja não pode ficar à margem dos acontecimentos sociais desprovida do elemento crítico. Uma pastoral solidária exige dos cristãos um caminhar lado a lado com o povo. Como fermento na massa, os cristãos devem estar presentes nas organizações populares e políticas do povo, espaço onde o Reino de Deus atua em meio às lutas pela defesa da vida e pela dignidade humana.

Outras linhas de ação solidária poderiam ser enumeradas, como por exemplo, a) a experiência do sofrimento a partir do lugar daqueles que sofrem; b) descobrir os mecanismos da falta de solidariedade não aceitando uma solidariedade ingênua, romântica e acrítica; c) experimentar diretamente o que é a solidariedade no compartilhar, exigindo e acolhendo, uma práxis solidária; d) entrar na dimensão política da solidariedade, analisando os mecanismos estruturais da marginalização e opressão; e) abrir-se à comunhão do Pai na graça comunicante do Filho. A partir daí celebrar a vida na ação solidária e receber o influxo espiritual que ela produz. Desfrutar nossa vida em solidariedade⁴⁴⁴.

Para que haja uma verdadeira solidariedade, os cristãos latino-americanos terão que assumir a tarefa de trabalhar incansavelmente por uma “libertação solidária”. Tal atitude exige buscar autenticamente a verdade, viver efetivamente o amor e lutar comprometidamente pela justiça. A Igreja, continuando a missão de Jesus Cristo, “deve tornar cada vez mais viva e operante esta libertação dos pobres, dos oprimidos e dos marginalizados, prestando sua decidida colaboração na construção de um mundo onde todo homem, sem exceção (...), possa viver uma vida plenamente humana (...)”⁴⁴⁵.

A atitude solidária leva os cristãos a acolher o miserável, o sofredor e o necessitado, experimentando com ele sua angústia e empenhando-se numa ação libertadora. Para realizar esta missão, a Igreja terá que enfrentar três desafios: dar de comer aos famintos, denunciar as estruturas geradoras da fome e oferecer

⁴⁴⁴ L. BRIONES, “Para educar en la solidaridad. Líneas de acción”, In: A.A.V.V., *Sobriedade y solidaridad*. Madrid, Editorial Popular, 1987, p. 78-86.

⁴⁴⁵ Comissão Pontifícia Justiça e paz, n. 57.

condições para que os pobres se organizem e busquem eles próprios a libertação necessária para uma vida mais digna e humana⁴⁴⁶.

O serviço solidário da Igreja não pode, pois, restringir-se à pura assistência, mas terá que contribuir para a humanização libertadora do povo. Um apoio para os trabalhadores do campo e da cidade que dê condições a eles de tomar consciência de seus direitos e suas responsabilidades para que possam se organizar e trabalhar solidariamente por uma sociedade mais justa e fraterna⁴⁴⁷.

A opção preferencial e solidária pelos pobres e contra a pobreza, implica, em princípio, para a Igreja conversão e mudança de lugar social. Só assim poderá olhar a situação a partir da causa das grandes maiorias empobrecidas. Esta solidariedade libertadora descobre como prioritária a mudança estrutural para a realização da justiça e da paz social. A partir dos pobres descobre ainda a dimensão libertadora do Evangelho que fala de um Reino que tem seu começo já e aqui na terra, quando se faz justiça e se constrói fraternidade na sociedade⁴⁴⁸.

3.13.6

Uma Igreja a serviço da vida

Se a Igreja quiser assumir um tarefa solidária hoje, não poderá deixar de lado a *diakonia*. O grande desafio das primeiras comunidades foi o de colocar os bens e os recursos a serviço da comunidade. A *diakonia* hoje deve ser profética, questionadora deste sistema injusto e contrário ao projeto criador e libertador de Deus. A Igreja deverá colocar-se a serviço de modelos econômicos alternativos que respondam às necessidades básicas das grandes maiorias despossuídas, oprimidas, excluídas.

Uma *diakonia* solidária terá que denunciar os falsos deuses, os ídolos da morte, a ostentação militar e as forças que os países poderosos utilizam para dominar e usurpar a autodeterminação dos povos. Tais ídolos desafiam ao Deus da vida revelado nas Escrituras Sagradas e em Jesus Cristo libertador.

Acreditar na eficácia transformadora do Evangelho significa hoje, na AL, despertar novos sujeitos históricos (mulheres, indígenas, negros, jovens, trabalhadores do campo e da cidade, subempregados, desempregados, vendedores

⁴⁴⁶ Cf. R.MUÑOZ, *Solidariedade libertadora: Missão da Igreja*, Petrópolis, Vozes, 1982, p. 56-61.

⁴⁴⁷ Cf. *Ibidem*, p. 71.

⁴⁴⁸ Cf. L. BOFF, *E a Igreja se fez povo...* op.cit., p. 152.

ambulantes, excluídos, etc.) que podem configurar uma força capaz de criar uma nova sociedade fundamentada no direito e na justiça.

O Reino de Deus exige hoje dos cristãos um esforço em partilhar no amor a grande *utopia* que devolverá a capacidade de ver e sonhar aos que se encontram sem esperança. Os marginalizados de nossa AL gritam por uma nova ordem econômica para pôr fim às desigualdades econômica, política e social que têm trazido fome e miséria a tanta gente.

Os últimos 500 anos têm sido uma referência para as Igrejas latino-americanas no sentido de avaliar seu compromisso com os empobrecidos. O Evangelho tem sido muitas vezes, ao longo destes anos, com algumas exceções, atrelado aos poderes político e econômico das classes dominantes nacionais e estrangeiras. Como cristãos sabemos que foi a partir da periferia que Jesus desafiou profeticamente aos poderosos e às ideologias dominantes que marginalizavam a maioria do povo.

Nossas Igrejas se encontram em um momento decisivo. A quem servir? Aos falsos deuses que legitimam até o massacre de uma nação inteira em nome de um suposto combate ao terrorismo ou ao Deus de Jesus Cristo que nos convida a voltar nossa face solidariamente aos marginalizados?

Sabemos que em Jesus Cristo Deus se coloca do lado dos injustiçados deste mundo para que readquiram sua dignidade e seja reconhecida sua identidade. Nos grandes centros urbanos nos deparamos com vendedores ambulantes, mendigos, desempregados ou subempregados, indigentes, isto é, uma sociedade de excluídos. Trata-se de uma situação que nos escandaliza porque como cristãos não temos capacidade de transformar ou de pelo menos lutar pela transformação da sociedade para que estas maiorias possam viver com dignidade.

A experiência evangélica cotidiana junto do povo que sofre e a vida em comunhão são aspectos eclesiais que ajudam a superar o individualismo, o consumismo e o egoísmo próprios de uma sociedade marcada pelo capitalismo neoliberal.

A cruz de Jesus não pode ser usada para legitimar a dor dos injustiçados porque nela Jesus compartilhou solidariamente a dor humana. Ela foi e continua sendo uma denúncia a todo poder opressor do mundo.

A cruz trouxe para todos os que crêem a esperança da ressurreição. Todo sinal de compromisso com a vida tem como ponto de partida a entrega de Jesus na cruz. Jesus enfrentou a morte para trazer a vida e derrotar definitivamente a morte.

3.13.7

A solidariedade urge em meio à crise

Chegamos ao novo milênio em meio não só a uma crise econômica que mantém os países latino-americanos atrelados e dependentes em relação aos países do primeiro mundo, mas também a uma crise global e cósmica. Fala-se até que o grande problema da humanidade é a sobrevivência.

Na AL, os pobres vão descobrindo na medicina natural e na alimentação alternativa uma forma de superar a deficiência pública no atendimento à saúde e contestar a ganância da indústria farmacêutica. Os Sem Terras e outras organizações de pequenos agricultores lutam para conquistar ou para se manterem na terra, visto que a política agrária de países que seguem os ditames do FMI vem provocando um êxodo rural em massa, aumentando assim a miséria e a fome nas periferias das grandes e médias cidades. As conseqüências desta situação é a existência de milhões de desempregados, subempregados ou simplesmente excluídos do mercado de trabalho.

Tendo como paradigma a luta de Davi contra o gigante filisteu, Golias, as organizações populares com sua cultura não podem ser aniquiladas pelas grandes empresas multinacionais de comunicação. Terão que assegurar seu espaço na *mídia* para que sua voz possa ser ouvida e reconhecidos seus direitos a uma vida digna.

Qual é a atitude dos cristãos ou de suas respectivas Igrejas diante deste quadro? Um dos grandes problemas é o medo e a apatia. Nós cristãos estamos perdendo a capacidade de ficar indignados diante das gritantes injustiças que se cometem contra os mais pobres. Sendo assim ficamos presos à resignação e à indiferença. Temos medo de viver solidariamente com as vítimas da injustiça. Nossa cômoda maneira de viver o Evangelho nos imobiliza para qualquer tipo de ação solidária. Facilmente caímos no jogo do assistencialismo.

Parafraçando Mateus 25, Carmelo Alvarez faz uma auto-avaliação do nível da solidariedade dos cristão para com os necessitados:

“Tive fome e falastes em “explosão demográfica”; estive enfermo e construístes hospitais de caridade aos quais não pude entrar por carência de recursos; estive nu e fizestes roupas caras que não pude comprar; estive sem casa e edificastes palácios

para vós e barracos desumanos para mim; estive preso injustamente e lutastes pelos vossos direitos humanos; estive sedento e fabricastes Coca-Cola para explorar minha sede; fui estrangeiro e praticastes apartheid e sistemas de castas contra a minha. Oh, Senhor, estou cansado, não posso suportar mais! Oh, Senhor, dai-me forças para mudar o mundo!⁴⁴⁹.

Como cristãos e participantes de Igreja, não deixemos que as ideologias dos dominadores tomem conta de nossa maneira de pensar e agir. Que a força do Espírito esteja sempre conosco para vivermos uma *diakonia* profética e um testemunho pertinente construindo concreta e solidariamente o Reino de Deus no serviço aos mais necessitados. Inspirados nas conclusões de Santo Domingo, reafirmemos nossa opção preferencial pelos pobres e lutemos para o estabelecimento de uma nova ordem econômica, para que seja resgatada a dignidade dos cidadãos e cidadãs deste continente de excluídos.

Conclusão

A Encarnação de Deus na história da humanidade é, sem dúvida, o princípio de uma eclesiologia libertadora e solidária. Consequentemente, a ação libertadora da Igreja não se limita à salvação da alma, ao contrário, está comprometida com a libertação integral de todos os seres humanos. O Concílio Vaticano II, as três Conferências Episcopais latino-americanas, os papas João XXIII, Paulo VI e João Paulo II, muitos bispos e sacerdotes proféticos da AL, teólogos e agentes de pastoral de vários níveis, protagonizaram, com suas práticas e reflexões, uma Igreja a serviço da vida, em todas as suas dimensões. Não só a humanidade é objeto da solidariedade, mas todo o ecossistema no qual todos os seres se encontram inseridos. E para estar a serviço da vida hoje, a Igreja tem como exigência básica a conversão para a prática da justiça, fundamentada no amor (*agape*). O estar a serviço da vida irradia, sobre nosso continente sofrido e esmagado, uma luz que eleva a dignidade das pessoas.

Em Medellín nasceu o pensamento teológico próprio da AL. Trata-se da teologia da libertação que, passando por Puebla com muita força, vem sendo deixada de lado por alguns setores da Igreja, nestes últimos anos. Cabe a nós a responsabilidade de não deixar sem frutos as sementes lançadas em Medellín, cultivadas em Puebla e mantidas em Santo Domingo. Isso nos ajudará a dizer sim a Jesus Cristo, ao espírito do Concílio, tão bem acolhido nestas Conferências, e a

⁴⁴⁹ C. ALVAREZ, *Venga a nos tu Reino*, Salamanca, Sígueme, 1982, p. 70.

discernir o que o Espírito tem a dizer hoje à Igreja, no emaranhado de dificuldades teológicas e pastorais em que vivem os cristãos latino-americanos.

Medellín, Puebla e Santo Domingo contribuíram para a constituição permanente de uma Igreja solidária e libertadora na AL, pois, a exemplo de Jesus Cristo e das primeiras comunidades cristãs, souberam inculturar a fé e a teologia, encarnando-se nas formas diferentes de pensar e viver do povo latino-americano.

Neste novo milênio, constatamos que, embora estando diante de novas conjunturas e de novos desafios, muitos problemas levantados naquelas Conferências ainda não foram superados, ao contrário, foram ampliados; por isso, permanecem ainda como prioridades na pauta das orientações pastorais da Igreja latino-americana.

A pastoral solidária e libertadora assumida em Medellín, ratificada em Puebla e Santo Domingo, precisa ser levada em conta. Estas grandes Conferências, ao lado do Magistério da Igreja e de toda a reflexão teológica que se produziu ao longo destes últimos 34 anos, são dons de Deus que não envelhecem e, por isso, não podem ser esquecidos. Continuam sendo, para toda a Igreja da AL, apelos do Espírito que devem ser acolhidos conscientemente com docilidade e abertura. Este mesmo Espírito que se colocou junto de Jesus e de seus discípulos em todas as suas tomadas de decisão, está presente hoje na Igreja para que responda solidariamente às novas interpelações históricas que surgem no tempo e no espaço em que ela vive.